



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

Março/2011

Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
José Elito Carvalho Siqueira

Secretário-Executivo do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
Antonio Sergio Geromel

Secretário de Coordenação e Acompanhamento de Assuntos Militares - GSIPR
Francisco Joseli Parente Camelo

Secretário de Segurança Presidencial - GSIPR
Marcos Antonio Amaro dos Santos

Secretário de Acompanhamento e Estudos Institucionais - GSIPR
José Alberto Cunha Couto

Diretor do Departamento de Gestão e de Articulação Institucional - GSIPR
Laelio Soares de Andrade

Diretor do Departamento de Segurança da Informação e Comunicações - GSIPR
Raphael Mandarino Junior

Chefe do Núcleo de Segurança de Infra-estruturas Críticas - GSIPR
Paulo Roberto de Miranda Barros

Chefe do Núcleo do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro - GSIPR
Humberto Caldas da Silveira Junior

Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

Relatório de Gestão apresentado à Secretaria de Controle Interno da Secretaria-Geral/PR e ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010.

Unidade Agregada:

Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD) – UJ 110246

Brasília-DF, 31 de março de 2011.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência
APF – Administração Pública Federal
CC – Casa Civil
CDN – Conselho de Defesa Nacional
CEBW – Comissão do Exército Brasileiro em Washington - EUA
CNAAA – Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto
COPREN/AR – Comitê de Planejamento de Resposta a Situações de Emergência Nuclear no Município de Angra dos Reis
COPREN/RES – Comitê de Planejamento de Resposta a Situações de Emergência no Município de Resende
COPRON – Comissão de Coordenação da Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro
CREDEN – Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo
DAS – Grupo-Direção e Assessoramento Superiores
DGes – Departamento de Gestão e de Articulação Institucional
DIGEP – Diretoria de Gestão de Pessoas
DOU – Diário Oficial da União
DSIC – Departamento de Segurança da Informação e Comunicações
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FUNAD – Fundo Nacional Antidrogas
GECC – Gratificação de Exercício de Cargo em Confiança
GSIPR – Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
GT – Grupos Técnicos
IN – Instrução Normativa
LOA – Lei Orçamentária Anual
NA - Não Aplicáveis
NSIEC – Núcleo de Segurança de Infraestruturas Críticas
Nu SIPRON – Núcleo do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro
OD – Ordenador de Despesas
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PNB – Programa Nuclear Brasileiro
PR – Presidência da República
RG – Relatório de Gestão
SA – Secretaria de Administração
SAEI – Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais
SCAAM – Secretaria de Coordenação e Acompanhamento de Assuntos Militares
SE – Secretário-Executivo
SG – Secretaria Geral
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIPRON – Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro
SPR – Secretaria de Segurança Presidencial
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada

LISTA DE TABELAS

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Tabela 1 – Programa 0641 – Inteligência Federal	30
Tabela 2 – Programa 0750 - Apoio Administrativo	31
Tabela 3 – Programa 1113 – Programa Nacional de Atividades Nucleares	31
Tabela 4 – Identificação da Unidade Orçamentária	31
Tabela 5 – Programação de Despesas Correntes	32
Tabela 6 – Programação de Despesas de Capital	32
Tabela 7 – Quadro Resumo da Programação de Despesas	33
Tabela 8 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	33
Tabela 9 – Despesa por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ	35
Tabela 10 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ	36
Tabela 11 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ	37
Tabela 12 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	37
Tabela 13 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	38
Tabela 14 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	39
Tabela 15 – Execução Física das Ações Realizadas pela Unidade Jurisdicionada	39
Tabela 16 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	39
Tabela 17 – Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação apurada em 31/12/2010	40
Tabela 18 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária – Situação apurada em 31/12/2010	41
Tabela 19 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade – Situação apurada em 31/12/2010	41
Tabela 20 – Quadro de Custo de Recursos Humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010	42
Tabela 21 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	42
Tabela 22 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão-de-Obra	43
Tabela 23 – Distribuição do Pessoal Contratado mediante Contrato de Prestação de Serviços com Locação de Mão-de-Obra	44
Tabela 24 – Transferências Ação 4693 - Segurança de Área e no Transporte do Presidente da República em seus Deslocamentos Internos e Externos	46
Tabela 25 – Transferências Ação 2B27 - Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro	50
Tabela 26 – Transferências Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	50
Tabela 27 – Transferências Ação 6232 Capacitação de Recursos Humanos na Área de Segurança da Informação	51
Tabela 28 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências vigentes no Exercício de Referência	52
Tabela 29 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	53

Tabela 30 – Resumo dos Instrumentos de Transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes	53
Tabela 31 – Estrutura de controles internos da UJ	53
Tabela 32 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	55
Tabela 33 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	56
Tabela 34 – Gestão de TI da UJ	56

S U M Á R I O

<u>Apresentação</u>	pág 12
1. <u>Identificação da Unidade Jurisdicionada</u>	pág 10
2. <u>Informações sobre a gestão orçamentária da Unidade Jurisdicionada</u>	pág 18
2.1 <u>Responsabilidades institucionais da Unidade Jurisdicionada GSIPR e unidades consolidadas</u>	pág 18
2.1.1 <u>Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República-GSIPR</u>	pág 18
2.1.2 <u>Secretaria de Coordenação e Acompanhamento de Assuntos Militares – SCAAM</u>	pág 19
2.1.3 <u>Secretaria de Segurança Presidencial – SPR</u>	pág 20
2.1.4 <u>Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais – SAEI</u>	pág 21
2.1.5 <u>Departamento de Gestão e de Articulação Institucional – DGes</u>	pág 21
2.1.6 <u>Departamento de Segurança da Informação e Comunicações – DSIC</u>	pág 22
2.1.7 <u>Núcleo de Segurança de Infraestruturas Críticas (NSIEC)</u>	pág 23
2.1.8 <u>Núcleo do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (Nu SIPRON)</u>	pág 23
2.2 <u>Estratégias de atuação</u>	pág 24
2.2.1 <u>Secretaria de Coordenação e Acompanhamento de Assuntos Militares – SCAAM</u>	pág 24
2.2.2 <u>Secretaria de Segurança Presidencial – SPR</u>	pág 25
2.2.3 <u>Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais – SAEI</u>	pág 26
2.2.4 <u>Departamento de Gestão e de Articulação Institucional – DGes</u>	pág 27
2.2.5 <u>Departamento de Segurança da Informação e Comunicações – DSIC</u>	pág 28
2.2.6 <u>Núcleo de Segurança de Infraestruturas Críticas – NSIEC</u>	pág 28
2.2.7 <u>Núcleo do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (Nu SIPRON)</u>	pág 28
2.3 <u>Programas de Governo sob responsabilidade da UJ</u>	pág 30
2.3.1 <u>Programa 0641 - Inteligência Federal</u>	pág 30
2.3.2 <u>Programa 0750 - Apoio Administrativo</u>	pág 31
2.3.3 <u>Programa 1113 – Programa Nacional de Atividades Nucleares</u>	pág 31
2.4 <u>Programação Orçamentária - Identificação da Unidade Orçamentária</u>	pág 31
2.4.1 <u>Programação de Despesas Correntes</u>	pág 32
2.4.2 <u>Programação de Despesas de Capital</u>	pág 32
2.4.3 <u>Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência</u>	pág 33

2.4.4 <u>Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa</u>	pág 33
2.5 <u>Execução Orçamentária de Créditos Originários da Unidade Jurisdicionada</u>	pág 35
2.5.1 <u>Despesas por Modalidade de Contratação</u>	pág 35
2.5.2 <u>Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ</u>	pág 36
2.5.3 <u>Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ</u>	pág 37
2.5.4 <u>Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação</u>	pág 37
2.5.5 <u>Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação</u>	pág 38
2.5.6 <u>Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação</u>	pág 39
2.6 <u>Execução Física das Ações Realizadas pela Unidade Jurisdicionada</u>	pág 39
3. <u>Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores</u>	pág 40
4. <u>Composição do Quadro de Recursos Humanos</u>	pág 40
4.1 <u>Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010</u>	pág 40
4.2 <u>Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária - Situação apurada em 31/12/2010</u>	pág 41
4.3 <u>Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010</u>	pág 41
4.4 <u>Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010</u>	pág 42
4.5 <u>Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva</u>	pág 42
4.6 <u>Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra</u>	pág 43
4.7 <u>Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra</u>	pág 44
5. <u>Transferências</u>	pág 46
6. <u>Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência</u>	pág 52
6.1 <u>Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios</u>	pág 53
6.2 <u>Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes</u>	pág 53
7. <u>Estrutura de controles internos da UJ</u>	pág 53
8. <u>Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis</u>	pág 55
9. <u>Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros</u>	pág 56
10. <u>Gestão de TI da UJ</u>	pág 56

Anexo: Declaração do contador responsável pela Unidade Jurisdicionada

pág 58

Acompanha o presente Relatório de Gestão da UJ GSIPR o Relatório de Gestão da Unidade Jurisdicionada Agregada Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD)

1. Identificação de Relatório de Gestão Consolidado e Agregado

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação ou Supervisão: Presidência da República		Código SIORG: 20000
Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora e agregadora		
Denominação completa: Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República		
Denominação abreviada: GSIPR		
Código SIORG: 27	Código na LOA: -	Código SIAFI: 110322
Natureza Jurídica: Órgão Público		
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato:	(061) 3411-3188	(061) 3411-1286 (061) 3411-1899
Endereço eletrônico: gsipr@planalto.gov.br		
Página da Internet: http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/gsi/		
Endereço Postal: Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto, Anexo II sala 202, Brasília – DF, CEP: 70150-900. Tel 0xx6134113188		
Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas		
Nome		Situação
Secretaria de Coordenação e Acompanhamento de Assuntos Militares - SCAAM		ativa
Secretaria de Segurança Presidencial – SPR		ativa
Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais – SAEI		ativa
Departamento de Gestão e de Articulação Institucional – DGes		ativa
Departamento de Segurança da Informação e Comunicações – DSIC		ativa
Núcleo de Segurança de Infra-estruturas Críticas – NSIEC		ativa
Núcleo do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (Nu SIPRON)		ativa
Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas		
Número de Ordem: 01		
Denominação completa: Fundo Nacional Antidrogas		
Denominação abreviada: FUNAD		
Código SIORG: 20926	Código LOA: 20926	Código SIAFI: 110246
Situação: ativa		
Natureza Jurídica: Órgão Público		
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato:	(061) 3411-2904	(061) 3411-2211 (061) 3411-4991
Endereço eletrônico: senad@planalto.gov.br		
Página da Internet: http://www.senad.gov.br/		
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco "A" - 5º andar CEP: 70054-906 Brasília - DF		

Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas	
Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 (DOU de 29 de maio de 2003) Decreto nº 7.411, de 29 de dezembro de 2010 (DOU nº 250 de 30 de dezembro de 2010)	
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas	
Portaria nº 56, de 05 de novembro de 2009 (Regimento Interno do GSIPR)	
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas	
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
110322	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
110246	Fundo Nacional Antidrogas
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
110322	00001
110246	00001

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Gestão compõe o processo de prestação de contas, referente ao exercício de 2010, da Unidade Jurisdicionada (UJ) Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSIPR), para fins de análise e julgamento desse Tribunal, obedecendo às disposições da Instrução Normativa-TCU nº 63/2010, Decisão Normativa-TCU nº 107/2010 e a Portaria-TCU nº 277/2010.

Assim sendo, o Relatório de Gestão / 2010 do GSIPR está estruturado em tópicos, de forma a apresentar os seguintes dados: identificação da Unidade Jurisdicionada; informações sobre a gestão orçamentária da Unidade Jurisdicionada; responsabilidades institucionais da Unidade Jurisdicionada GSIPR e de suas unidades consolidadas; estratégias de atuação empregadas; programas de governo sob responsabilidade da UJ; programação orçamentária; execução orçamentária de créditos originários da UJ; execução física das ações realizadas pela UJ; situação dos restos a pagar de exercícios anteriores; composição do quadro de recursos humanos; composição do quadro de recursos humanos por faixa etária; composição do quadro de recursos humanos por nível de escolaridade; quadro de custos de recursos humanos nos exercícios 2008, 2009 e 2010; contratos de prestação de serviço de limpeza, higiene e vigilância ostensiva; contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra; distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão-de-obra; transferências efetuadas; caracterização dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de referência; resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos últimos três exercícios; resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes; estruturas de controle interno da UJ; gestão ambiental e licitações sustentáveis; distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros; e gestão de TI da UJ. Em anexo, é apresentada a Declaração do contador responsável pela Unidade Jurisdicionada GSIPR.

Cumprindo orientação contida na Decisão Normativa supremencionada, juntamente com o Relatório da UJ GSIPR é apresentado, também, o Relatório de Gestão da Unidade Jurisdicionada Agregada Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD).

Outrossim, os itens abaixo elencados, constantes do Anexo II da DN-TCU nº 107 acima mencionada, não foram apreciados em razão de os mesmos não se aplicarem à realidade desta Unidade Jurisdicionada ou por não ter havido ocorrência no exercício considerado,

consoante o estabelecido no Decreto nº 7.411, de 29 de dezembro de 2010, que define as competências institucionais do GSIPR:

- Contratos de Terceirização de Área-fim;
- Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos;
- Renúncias Tributárias concedidas pela UJ;
- Valores concedidos a título de renúncia de receita e respectiva contrapartida;
- Usufrutuários Diretos da Renúncia – Pessoa Jurídica e Física;
- Beneficiários da Renúncia – Pessoa Física e Jurídica;
- Ações Financiadas com Recursos de Renúncia de Receita pela própria UJ;
- Prestações de Contas de Renúncia de Receitas;
- Indicadores de Gestão de Renúncia de Receitas;
- Composição do Quadro de Servidores Inativos;
- Composição do Quadro de Instituidores de Pensão;
- Composição do Quadro de Estagiários;
- Cumprimento das Deliberações do TCU (não houve);
- Composição Acionária do Capital Social; e
- Composição Acionária da UJ como Investidora.

Cumpre informar também que, por intermédio do Decreto nº 6.346, de 8 de janeiro de 2008, a Casa Civil da Presidência da República transferiu para o GSIPR determinadas competências relativas ao planejamento e à execução orçamentário-financeira das atividades finalísticas deste órgão da estrutura essencial da Presidência da República, o que motivou a criação, naquele ano, da Unidade Gestora 110322 - GSIPR. Entretanto, embora os níveis decisórios de planejamento e execução orçamentário-financeira dos processos finalísticos de interesse do GSIPR sejam de responsabilidade desta UJ, a Secretaria de Administração /Secretaria Geral/PR permanece exercendo as atividades de administração, controle de pessoal, material, patrimônio, serviços gerais e execução orçamentário-financeira, em razão deste Gabinete não possuir uma estrutura mínima – em pessoal e instalações - que permita o pleno gerenciamento das ações e informações, bem como o efetivo desempenho de uma Unidade Gestora convencional.

Principais realizações da gestão no exercício

Dentre as principais realizações do GSIPR, no exercício de 2010, destacam-se as seguintes:

a) Pela Secretaria de Coordenação e Acompanhamento de Assuntos Militares (SCAAM):

Na gestão de 2010, foram coordenados pela SCAAM 184 eventos nacionais, 34 internacionais e 112 locais onde esteve presente o Sr Presidente da República, perfazendo um total de 330 eventos. Além disso, foram, ainda, coordenados pela Secretaria 15 visitas (Estado, Oficial e Trabalho) e 7 cerimônias de entrega de credenciais de embaixadores de nações amigas.

b) Pela Secretaria de Segurança Presidencial (SPR):

A principal realização da SPR no ano de 2010 foi a transformação do então Departamento de Segurança Presidencial em Secretaria, bem como a execução das obras de sua nova sede.

Manteve, ainda, a determinação de, no campo operacional, cumprir integralmente sua missão institucional prevista no Art 6º, do Decreto nº 4.332, de 12 de agosto de 2002.

Quanto à gestão orçamentária, realizou aquisições que possibilitaram a melhoria do suporte técnico e operacional ao cumprimento de suas missões institucionais.

c) Pela Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais (SAEI):

No desempenho de uma de suas principais atribuições, qual seja a “Prevenção de Crises”, a SAEI atuou, em 2010, por meio da Coordenação-Geral de Acompanhamento, em articulação com diversos órgãos federais e estaduais para reduzir a tensão em vários pontos do território nacional, como no caso das Usinas Hidrelétricas de Estreito/MA e Belo Monte/PA. Em relação ao “Gerenciamento de Crises”, ressalta-se a coordenação do apoio inicial às ações de mitigação das consequências dos terremotos no Haiti e no Chile e nas enchentes em Pernambuco e Alagoas. Ao final de 2010, o “Sistema Georreferenciado de Monitoramento e Apoio à Decisão da Presidência da República - GeoPR” já contava com informação de Bancos de Dados de 46 órgãos da Administração Federal, Estadual e Municipal. Deve ser mencionado, também, o uso de imagens de satélite obtidas pela unidade da SAEI sediada nas dependências da Embrapa Monitoramento por Satélite em Campinas/SP. Ações que vão desde o acompanhamento das obras do PAC até a análise dos danos causados pelo terremoto no Haiti.

Cabe destacar, ainda, a participação no Seminário Internacional sobre Segurança Portuária, organizado pela Conportos, e o exercício denominado "Crisis Management Exercise on Port Security", coordenado pelo GSIPR, ambos no Rio de Janeiro.

d) Pelo Departamento de Gestão e de Articulação Institucional (DGes)

No decorrer do exercício de 2010, o DGes foi o setor responsável por realizar estudos e prestar o assessoramento direto ao Sr Secretário-Executivo nos trabalhos atinentes à reestruturação e remanejamento de cargos do GSIPR que culminaram com a publicação no Diário Oficial da União do Decreto nº 7.411, de 29 de dezembro de 2010, que aprovou a nova estrutura regimental do Gabinete.

No que tange à área orçamentário-financeira, o Departamento centralizou e coordenou a execução de todos os processos de despesas do GSIPR que, no exercício considerado, somaram R\$ 19.852.150,72 (dezenove milhões oitocentos e cinqüenta e dois mil cento e cinqüenta reais e setenta e dois centavos) em Custeio e R\$ 13.452.767,87 (treze milhões quatrocentos e cinqüenta e dois mil setecentos e sessenta e sete reais e oitenta e sete centavos) em Investimento, o que totalizou um montante de R\$ 33.304.918,59 (trinta e três milhões trezentos e quatro mil novecentos e dezoito reais e cinqüenta e nove centavos).

e) Pelo Departamento de Segurança da Informação e Comunicações (DSIC):

Ao longo de 2010, foram realizados diversos eventos de capacitação de recursos humanos, distribuídos em quatro grandes áreas que compõem o programa de cultura de Segurança da Informação e Comunicações (SIC) na Administração Pública Federal (APF): sensibilização, conscientização, capacitação e especialização.

A principal ferramenta utilizada para sensibilização supracitada foi por meio de palestras. Em função da grande diversidade de público alvo e da motivação pessoal de todos integrantes do DSIC para realização desta fase, é possível estimar que, durante o ano de 2010, foram sensibilizados mais de 5.000 pessoas de diversos setores públicos e privados.

Nesse mister os recursos alocados ao DSIC em 2010 foram aplicados prioritariamente na conscientização, capacitação e especialização desses recursos humanos na área de Segurança da informação e Comunicações.

f) Pelo Núcleo de Segurança de Infra-estruturas Críticas (NSIEC):

Dentre as principais realizações levadas a efeito pelo NSIEC, no exercício 2010, destacam-se:

- Realização de Simpósio e Seminário de Segurança de Infraestruturas Críticas (02 no ano de 2010);

- Palestras em órgãos públicos e privados e visitas técnicas; e
- Curso de Gestão de Riscos para Infraestruturas Críticas.

g) Pelo Núcleo do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (SIPRON):

No ano de 2010, mereceram destaque as seguintes realizações:

- coordenação geral do planejamento das medidas de proteção para o caso de uma emergência nuclear nas instalações da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA), expressas nos diversos Planos de Emergência elaborados pelos Órgãos de Coordenação Setorial, de Execução Seccional e de Apoio;
- realização de campanhas de esclarecimento junto à área de influência da CNAAA;
- participação no Exercício Parcial de Resposta a Situações de Emergência Nuclear na CNAAA - Angra 2010;
- acompanhamento do Exercício de Aplicação do Plano para Emergências Nucleares (Simulado) na Central Nuclear Embalse, Argentina; e
- participação em atividades da Comissão de Coordenação da Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (COPRON) e dos Comitês de Planejamento de Resposta a Situações de Emergência Nuclear nos Municípios de Angra dos Reis (COPREN/AR) e Resende (COPREN/RES).

Planos e projetos para o exercício de 2011

a) Da Secretaria de Coordenação e Acompanhamento de Assuntos Militares (SCAAM):

Consta no planejamento da SCAAM a continuidade da qualificação do seu pessoal, por meio de cursos e estágios relacionados ao emprego das aeronaves utilizadas no transporte presidencial, bem como o estudo de medidas que permitam a otimização do emprego dos meios e o judicioso dispêndio dos recursos orçamentários alocados.

b) Da Secretaria de Segurança Presidencial (SPR):

A meta síntese a ser atingida pela Secretaria de Segurança Presidencial, no ano de 2011, é a conclusão das obras de sua futura sede e ocupação planejada, sistêmica e centralizada dessas novas instalações.

Quanto aos demais objetivos a serem alcançados, a SPR tem por metas paralelas o cumprimento de suas missões operacionais, capacitação continuada de seus integrantes e aplicação total dos recursos orçamentários planejados e disponíveis para o corrente ano.

c) Da Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais (SAEI):

A natureza do trabalho da SAEI, centrada em prevenir e articular a gestão de crises, deve nortear a continuada expansão de atividades desta Secretaria em 2011. Cumpre destacar como inovação o início do funcionamento, na SAEI, do Centro de Segurança Institucional, responsável por integrar dados sobre segurança institucional provenientes das diversas áreas do GSI com o intuito de subsidiar o Ministro de Estado no assessoramento à Presidente da República. Está prevista, ainda, a modernização do Gabinete da SAEI, com aquisição de mobiliário e equipamentos adequados ao seu funcionamento pleno como sala de situação. Também estão no horizonte novas parcerias com o intuito de expandir e aperfeiçoar o Sistema Georreferenciado de Apoio à Decisão da Presidência da República (GeoPR), que centraliza dados georreferenciados de dezenas de órgãos federais e de alguns estados e municípios para agregá-los, promover seu intercâmbio e gerar mapas de diversos fins para subsidiar a tomada de decisão em situações de crise.

Como resultado do Seminário “Perspectivas para a Faixa de Fronteira”, realizado em dezembro de 2010, será realizada publicação com os resultados obtidos a partir da discussão sobre a vocação da faixa de fronteira brasileira e suas implicações para o desenvolvimento do País. A Secretaria pretende realizar, ainda, eventos de estudos voltados para o público interno que tenham como base os temas do Mosaico de Segurança Institucional, a fim de subsidiar o assessoramento pessoal do Ministro do GSI à Presidente da República em assuntos relacionados com a segurança institucional. Está prevista, também, a participação da SAEI em reuniões em cidades de fronteira para a discussão de propostas de integração, em reuniões da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Advocacia-Geral da União sobre conflitos sociais; a análise do Plano Anual de Outorga Florestal e Planos de Manejo de unidades de conservação ambiental federais. Tudo isso com vistas a manter o estudo e o acompanhamento de temas afetos ao CDN. Paralelamente, a Secretaria-Executiva do CDN mantém a atividade de rotina do Colegiado por meio da análise de processos de concessão de Assentimento Prévio e Anuência Prévia dentro e fora da faixa de fronteira.

d) Do Departamento de Segurança da Informação e Comunicações (DSIC):

Na área de capacitação de pessoal, almeja-se alcançar 900.000 servidores públicos da Administração Pública Federal até o final deste Governo, assim distribuídos: 900.000 servidores sensibilizados, 90.000 conscientizados, 9.000 capacitados e 900 especialistas em Segurança Cibernética e Segurança da Informação e Comunicações.

Quanto ao exercício das atividades sob atribuição da coordenação do centro de tratamento e resposta a incidentes ocorridos nas redes de computadores da administração pública federal, o DSIC pretende atuar proativamente com foco na antecipação de fatos que possam subsidiar a decisão do Senhor Ministro Chefe do GSI no exercício das atividades de assessoramento à Presidência da República.

e) Do Núcleo do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (SIPRON):

Para o corrente ano, o SIPRON tem como principal meta articular a realização do Exercício Geral de Resposta a Situações de Emergência Nuclear na CNAAA - Angra 2011, previsto para o dia 1º de setembro, no município de Angra dos Reis/RJ.

Além das demais ações previstas no Programa Geral de Atividades (PGA), outra perspectiva importante é a revisão e atualização da legislação que regula o SIPRON.

2. Informações sobre a gestão orçamentária da Unidade Jurisdicionada

2.1 Responsabilidades institucionais da Unidade Jurisdicionada GSIPR e unidades consolidadas

2.1.1 Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSIPR)

Em consonância com a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, compete ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSIPR:

- assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições;
- prevenir a ocorrência e articular o gerenciamento de crises, em caso de grave e iminente ameaça à estabilidade institucional;
- realizar o assessoramento pessoal em assuntos militares e de segurança;
- coordenar as atividades de inteligência federal e de segurança da informação; e
- zelar pela segurança pessoal do Chefe de Estado, do Vice-Presidente da República e respectivos familiares, dos titulares dos órgãos essenciais da Presidência da República, e de outras autoridades ou personalidades quando determinado pelo Presidente da República, bem como pela segurança dos palácios presidenciais e das residências do Presidente e Vice-Presidente da República.

Os locais onde o Chefe de Estado e o Vice-Presidente da República trabalham, residam, estejam ou haja a iminência de virem a estar, e adjacências, são áreas consideradas

de segurança das referidas autoridades, cabendo ao GSIPR, adotar as necessárias medidas para a sua proteção, bem como coordenar a participação de outros órgãos de segurança nessas ações.

Compete, ainda, ao GSIPR executar as atividades permanentes, técnicas e de apoio administrativo, necessárias ao exercício da competência do Conselho de Defesa Nacional - CDN, de conformidade com o disposto na Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1991;

- exercer as atividades de Secretaria-Executiva da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Conselho de Governo, de conformidade com regulamentação específica; e

- exercer as atividades de órgão central do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro – SIPRON.

2.1.2 Secretaria de Coordenação e Acompanhamento de Assuntos Militares (SCAAM)

No contexto das atribuições do Gabinete de Segurança Institucional, mais precisamente sobre a segurança das principais instituições nacionais, atividade-fim do GSI, compete à SCAAM uma gama de atribuições relacionadas à execução de eventos e viagens presidenciais, além do assessoramento.

Dessa forma, em consonância com o Decreto nº 7.411, de 29 de dezembro de 2010, compete à SCAAM:

- assessorar e assistir o Ministro de Estado no âmbito de sua competência;
- proceder e acompanhar a realização de estudos para subsidiar o assessoramento pessoal do Ministro de Estado ao Presidente da República em assuntos de natureza militar;
- planejar e coordenar, em conformidade com as orientações do Gabinete Pessoal do Presidente da República, as ações necessárias para a execução das viagens presidenciais, no País e no exterior, e articular com os demais órgãos envolvidos;
- planejar e coordenar a realização das atividades relacionadas com o ceremonial militar nos palácios presidenciais;
- acompanhar a tramitação na Presidência da República de propostas de edição de documentos relacionados com assuntos de natureza militar;
- coordenar, em articulação com os órgãos da Presidência da República e demais órgãos envolvidos, a participação do Presidente da República em cerimônias militares e outros eventos, orientando, também, o comando das atividades relacionadas com a segurança de área; e

- realizar outras atividades determinadas pelo Ministro de Estado.

2.1.3 Secretaria de Segurança Presidencial (SPR)

A Secretaria de Segurança Presidencial possui a missão institucional de assessorar diretamente o Ministro Chefe do GSI nos assuntos inerentes à Segurança do Exmo Sr Presidente da República, Vice-Presidente da República, respectivos familiares e outras autoridades ligas aos Órgãos essenciais da Presidência da República, também, executando os procedimentos de segurança em todos os locais onde tais autoridades estejam ou venham a estar.

De acordo com o Regimento Interno do GSIPR, são as seguintes missões específicas de competência do SPR:

- zelar, assegurado o poder de polícia:
 - a) pela segurança pessoal do Chefe de Estado, do Vice-Presidente da República, e dos seus respectivos familiares;
 - b) pela segurança dos titulares dos órgãos essenciais da Presidência da República e, quando determinado pelo Presidente da República, de outras autoridades ou personalidades;
 - c) pela segurança dos palácios presidenciais e das residências do Presidente e do Vice-Presidente da República.
- promover contatos com os demais órgãos da Presidência da República, com o Ministério da Defesa, com os Comandos das Forças Armadas e com outros órgãos da Administração Pública Federal, direta e indireta, quando necessário ou por determinação superior;
- proceder e acompanhar a realização de estudos relativos à segurança, necessários ao assessoramento pessoal do Chefe do GSIPR ao Presidente da República;
- promover o treinamento e desenvolvimento dos recursos humanos, assegurando sua capacitação para o eficiente desempenho das atividades finalísticas;
- manter escritórios de representação para a garantia da segurança dos dignitários legais, assegurando a economicidade e a efetividade das operações de segurança presidencial;
- gerenciar os riscos dos dignitários e das instalações sob sua custódia, bem como a inteligência operacional; e
- realizar outras atividades determinadas pelo Ministro de Estado ou pelo Secretário-Executivo.

2.1.4 Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais (SAEI)

A Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais não desempenha papel finalístico na execução de políticas públicas, contudo, é um dos setores responsáveis por assessorar e assistir ao Ministro de Estado Chefe do GSIPR no âmbito de sua competência.

A Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais (SAEI) assessorá o Ministro de Estado Chefe do GSIPR na prevenção da ocorrência e articulação do gerenciamento de crises, em caso de grave e iminente ameaça à estabilidade institucional. Compete à SAEI:

- Acompanhar temas com potencial de gerar crises para o Estado, para a sociedade e para o Governo;
- Articular órgãos e instituições para prevenir a ocorrência de crises;
- Articular o gerenciamento de crises;
- Coordenar a realização de estudos sobre assuntos relacionados à segurança institucional;
- Estudar, analisar e avaliar o uso e a ocupação de áreas indispensáveis à segurança do território nacional, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo;
- Coordenar a execução de atividades permanentes, técnicas e de apoio administrativo, relativas à Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional (CDN) e à Presidência da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDEN); e
- Obter, intercambiar e processar dados geoespaciais, visando a apoiar o processo decisório da Presidência da República.

2.1.5 Departamento de Gestão e de Articulação Institucional (DGes)

De acordo com a Portaria nº 56-GSIPR, de 5 de novembro de 2009, que aprovou o Regimento Interno do GSIPR, compete ao Departamento de Gestão e de Articulação Institucional:

- proceder e acompanhar a realização de estudos sobre assuntos de natureza da administração militar e civil de interesse do GSIPR e de temas a serem submetidos ao Presidente da República;
- interagir com órgãos da Presidência da República, com o Ministério da Defesa, com os Comandos das Forças Armadas e com os demais órgãos da Administração Pública

Federal Direta e Indireta, para o trato de assuntos de sua competência ou por determinação superior;

- gerenciar, em articulação com a Secretaria de Administração da Secretaria Geral da Presidência da República, os assuntos de desenvolvimento organizacional, o planejamento e a execução das atividades de orçamento, de informática e dos assuntos administrativos do GSIPR;

- executar, por delegação de competência, a ordenação de despesas da Unidade Gestora (UG) 110322-GSIPR, consoante com as diretrizes do Ministro de Estado e do Secretário-Executivo do GSIPR;

- receber, protocolar, distribuir e expedir a correspondência atinente ao GSIPR;

- organizar o expediente a ser levado a despacho do Presidente da República;

- coordenar, controlar e executar as requisições de pessoal militar para atender à Presidência da República;

- executar a gestão de recursos humanos do GSIPR;

- acompanhar o andamento de instrumentos legais e jurídicos em tramitação na Presidência da República, relacionados com assuntos de natureza militar, administrativa e de segurança;

- coordenar, supervisionar, executar e controlar as atividades de publicação dos atos oficiais e a divulgação de matérias relacionadas com a área de competência do GSIPR; e

- realizar outras atividades determinadas pelo Secretário-Executivo ou pelo Ministro Chefe do GSIPR.

2.1.6 Departamento de Segurança da Informação e Comunicações (DSIC)

As atribuições sob a competência do Departamento de Segurança da Informação e Comunicações têm sido exercidas com ênfase na capacidade de articulação e no assessoramento do GSIPR. Dentre suas principais atribuições, destaca-se a responsabilidade por coordenar a capacitação de recursos humanos em segurança da informação e comunicações. Adicionalmente, as atividades inerentes à normatização são exercidas mediante assessoramento ao Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI¹). Ressalta-se, ainda, que as atividades que visam ao desenvolvimento qualitativo de pessoal têm sido exercidas em

¹ O Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI) foi criado pelo Decreto Nº 3.505, de 23 de junho de 2000, que instituiu a Política de Segurança da Informação na APF.

conjunto com instituições parceiras, com foco em quatro níveis do conhecimento, ou seja: sensibilização, conscientização, capacitação e especialização.

Também são preponderantes as atribuições inerentes à implantação e funcionamento do sistema de segurança e credenciamento de pessoas e empresas, no trato de assuntos, tecnologias e documentos classificados ou, ainda, de acordos ou atos internacionais firmados pelo governo brasileiro. Por fim, cabe salientar as atribuições relativas à coordenação do centro de tratamento e resposta a incidentes ocorridos nas redes de computadores da Administração Pública Federal.

2.1.7 Núcleo de Segurança de Infraestruturas Críticas (NSIEC)

O NSIEC tem como principais atribuições:

- Identificar, em parceria com os órgãos e entidades dos setores público e privado, as demandas necessárias ao efetivo desenvolvimento da atividade de segurança das Infraestruturas críticas do País, obedecidas a política nacional de segurança de infraestruturas críticas; e
- Coordenar a atividade de segurança de infraestruturas críticas, mantendo o compromisso com o Estado.

2.1.8 Núcleo do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (SIPRON)

O Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (SIPRON), responsável por assegurar o planejamento integrado, a ação conjunta e a execução continuada de providências que visem a atender às necessidades de segurança do Programa Nuclear Brasileiro (PNB) e de seu pessoal, bem como da população e do meio ambiente com ele relacionados, foi instituído pelo Decreto-Lei nº 1.809, de 7 de outubro de 1980.

Esse diploma legal, inicialmente regulamentado pelo Decreto nº 85.565, de 18 de dezembro de 1980, constituía o referido Sistema por um conjunto de organizações públicas (federais, estaduais e municipais) e privadas, tendo como Órgão Central a então Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional da Presidência da República.

As alterações introduzidas, no decorrer dos anos, na estrutura e no funcionamento de órgãos da Administração Pública Federal, com a extinção de uns e a criação de outros, geraram necessidades de adequar as normas vigentes, o que foi procedido nos Decretos nº

89.225, de 22 de dezembro de 1983, nº 96.775, de 27 de setembro de 1988, nº 623, de 4 de agosto de 1992, e nº 2.210, de 22 de abril de 1997.

Por força da competência atribuída ao Ministério da Ciência e Tecnologia, pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, este exerceu, desde aquela data, a função de Órgão Central do SIPRON.

A partir da publicação do Decreto nº 6.931, de 11 de agosto de 2009 o GSIPR passou a exercer as funções de órgão central do SIPRON, através da criação de um núcleo em sua estrutura regimental, substituindo, assim, o Ministério da Ciência e Tecnologia, responsável, até então, pelo Sistema.

2.2 Estratégia de atuação

A seguir, são elencadas as principais estratégias de atuação das unidades que integram o GSIPR na consecução de políticas públicas afetas a este órgão da estrutura essencial da Presidência da República:

2.2.1 Secretaria de Coordenação e Acompanhamento de Assuntos Militares (SCAAM)

No desempenho de suas atividades institucionais, a estratégia de atuação da SCAAM tem sido focada na otimização do emprego dos meios e no judicioso dispêndio dos recursos orçamentários a ela alocados.

Neste contexto, a SCAAM busca permanentemente qualificar seu pessoal através de cursos e estágios relacionados ao emprego das aeronaves utilizadas no transporte presidencial, bem como maximizar o emprego dos Escalões Avançados utilizando os mesmos integrantes em diferentes eventos na mesma cidade ou em cidades diferentes, sempre que exequível.

A SCAAM é composta por três Assessorias Militares (uma de cada Força), todas contando com oficiais de Estado-Maior, muito bem preparados moral, profissional e culturalmente, selecionados especificamente para atuar na Presidência da República, e que já trazem no bojo dos valores éticos próprios da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, grande facilidade para atuar em equipe e ser comprometido com estratégias para alcançar objetivos coletivos.

Estratégia da Proatividade dos Planejamentos: a Presidência da República nem sempre consegue atuar de forma cartesiana na solução dos problemas. Já lidando com essa

condicionante básica, a Secretaria mantém-se atenta a todas as possibilidades de atuação de seus clientes por meio de antecipação do que é possível nos planejamentos, principalmente nas viagens presidenciais e no Cerimonial Militar.

Estratégia da Resposta Rápida: uma das maneiras identificadas pela Secretaria para atender a seus clientes é a oferta de respostas extremamente rápidas, especialmente nas consultas que recebe, sobre os temas militares que lhe são afetos.

Estratégia da Interação Dinâmica das Assessorias: funciona na verdade como uma sub-estratégia, a fim de poder gerar a necessária confiabilidade e a resposta rápida e proativa às necessidades dos clientes e está caracterizada por meio de uma integração do espaço físico das assessorias, por meio de reuniões periódicas de coordenação a fim de acertar detalhes e por meio de uma integração psicossocial no próprio dia-a-dia, gerando um bom ambiente de trabalho e uma facilidade de checagem de informações.

Estratégia da Confiabilidade das Informações: por contar com meios de comunicação eficientes e também com oficiais e praças altamente capacitados, as Assessorias primam pela checagem e precisão de suas informações, a fim de evitar retrabalhos, constrangimentos e danos à credibilidade de seus clientes. Assim, a consulta documental, acesso a fontes fidedignas e rechecagem dos trabalhos por até três (ou mais) assessores é uma premissa básica dos trabalhos e que vem produzindo muita satisfação aos clientes.

2.2.2 Secretaria de Segurança Presidencial (SPR)

O então Departamento de Segurança, atual Secretaria de Segurança Presidencial, utilizou-se como estratégia de atuação o relacionamento funcional entre seus servidores e os servidores da Presidência da República, através da cadeia de comando, na busca da agilização dos trâmites burocráticos para o cumprimento de sua missão, tanto na área operacional (atividade-fim), quanto nas áreas administrativa e logística (atividade-meio).

Destaca-se, também, a manutenção do Acordo de Cooperação entre a Casa Civil da Presidência da República e o Comando do Exército, por intermédio da Comissão do Exército Brasileiro em Washington - (CEBW), DC, nos Estados Unidos da América, para, na área externa, proceder a importações de bens e serviços de exclusivo interesse do GSIPR, o que permitiu maior fluidez ao suporte logístico, necessário à manutenção dos itens de alta performance, utilizados na execução das operações de Segurança Presidencial, em especial equipamentos e armamentos sem similar no mercado nacional.

2.2.3 Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais (SAEI)

Para cumprir as suas atribuições, a SAEI encontra-se estruturada em: Coordenação-Geral de Acompanhamento, Coordenação-Geral de Estudos Institucionais, Coordenação-Geral de Assentimento Prévio, Assessoria da Informação e Escritório de Análise de Imagens de Monitoramento por Satélite, que atuam da seguinte maneira:

A Coordenação-Geral de Acompanhamento atua, sobretudo, no monitoramento e na análise de assuntos relevantes de caráter nacional e internacional afetos à segurança institucional. Suas atividades estão relacionadas tanto à prevenção quanto ao gerenciamento de crises. Quando a gravidade da situação requer e o Gabinete de Crises é ativado, sua coordenação é feita pela área de Acompanhamento. Destaque-se também a responsabilidade dessa área em acompanhar os trabalhos da CREDEN.

A Coordenação-Geral de Estudos Institucionais promove e orienta a realização de estudos (com a posterior divulgação do material resultante), especialmente sobre temas atinentes à segurança institucional e àqueles relacionados às competências do CDN e da CREDEN. Ademais, atua no planejamento e na execução orçamentária da SAEI, bem como no planejamento, acompanhamento e avaliação das ações da Secretaria.

A Coordenação-Geral de Assentimento Prévio tem, como principais atribuições, a análise e a elaboração de pareceres sobre os pedidos de assentimento prévio ou de anuência prévia do CDN e à realização de estudos para avaliação do uso e da ocupação de áreas indispensáveis à segurança do território nacional, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo.

A Assessoria da Informação tem, entre suas principais incumbências, assessorar o Secretário nos assuntos afetos à obtenção, intercâmbio e processamento de dados georreferenciados e aos sistemas informatizados produzidos ou mantidos na SAEI, bem como propor a adoção de medidas que contribuam para o fortalecimento e aperfeiçoamento da Segurança da Informação e Comunicações no âmbito da SAEI.

A SAEI tem, ainda, em sua estrutura, um Escritório de Análise de Imagens de Monitoramento por Satélite, que está fisicamente situado em Campinas/SP, nas instalações da Embrapa Monitoramento por Satélite, sendo sua principal atribuição a de gerar dados e elaborar estudos e diagnósticos com a finalidade de subsidiar as atividades desta Secretaria.

2.2.4 Departamento de Gestão e de Articulação Institucional (DGes)

Em 2010, além de cumprir suas atribuições, já relacionadas no item 2.1.5 do presente Relatório, o DGes atuou também como facilitador nas comunicações entre o órgão central de planejamento da Casa Civil/PR do Sistema de Informações Gerenciais de Planejamento (SIGPLAN) e as unidades administrativas sob coordenação direta da Secretaria-Executiva do GSIPR e da Agência Brasileira de Inteligência, segundo o estabelecido pela Portaria nº 64 / GSIPR, de 30 de novembro de 2009, em que foram estabelecidos os coordenadores de Ações Orçamentárias no âmbito do GSIPR.

Além disso, o DGes realizou também o acompanhamento e o controle das demais Ações/Programas do orçamento da UG GSIPR, a saber:

- Ação 4693 - Segurança de Área e no Transporte do Presidente da República do Programa 0750 – Apoio Administrativo;
- Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa 0641 – Inteligência Federal;
- Ação 6232 - Capacitação de Recursos Humanos na Área de Segurança da Informação do Programa 0641 – Inteligência Federal;
- Ação 2B27 - Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro do Programa 1113 – Programa Nacional de Atividades Nucleares.

O DGes, sendo o Departamento do GSIPR vocacionado para lidar com os assuntos eminentemente de natureza administrativa, deu prosseguimento, ao longo do exercício financeiro de 2010, à consecução das atribuições que foram delegadas ao Gabinete, de acordo com o estabelecido no Decreto nº 6.346, de 08 Jan 08, que alterou o Decreto nº 4.939, de 29 Dez 03, em que foram transferidas determinadas competências da Casa Civil/PR para o GSIPR. Tais competências referem-se, basicamente, ao planejamento e à execução orçamentário-financeira das atividades finalísticas deste órgão da estrutura essencial da Presidência da República, o que motivou a criação da Unidade Gestora 110322 – GSIPR.

Com a criação dessa UG, foi elaborada a Portaria nº 14 – GSIPR/CH, de 14 Jul 08, publicada no DOU nº 134, de 15 Jul 08, delegando competência ao Ordenador de Despesas (OD) do GSIPR para firmar contratos, celebrar convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, afetos às atividades finalísticas da Unidade Gestora GSIPR, vedada a subdelegação. Por sua vez, a Portaria nº 20 – GSIPR/CH, de 29 Jul 08, publicada no DOU nº 145, de 30 Jul 08, delegou competência ao Ordenador de Despesas e ao Secretário-Executivo

(SE), ambos do GSIPR, para, respectivamente, dispensar/reconhecer e ratificar as situações de dispensa e inexigibilidade de licitações realizadas em proveito das atividades do Gabinete.

Cabe salientar que os servidores designados para as funções de OD titular e substituto do GSIPR estão lotados no DGes e as desempenham cumulativamente com outras funções que já exercem.

2.2.5 Departamento de Segurança da Informação e Comunicações (DSIC)

Para otimizar os recursos orçamentários, o DSIC vem utilizando, desde 2006, a estratégia de parceria com outros órgãos e entidades da APF. Tal estratégia permite que sejam realizados eventos de capacitação em vários pontos do território nacional, desde que as instalações e a logística disponibilizadas por um órgão público sejam compartilhadas para atender servidores de outros órgãos e entidades da APF.

2.2.6 Núcleo de Segurança de Infraestruturas Críticas (NSIEC)

A fim de cumprir seus objetivos no decorrer do exercício de 2010, o NSIEC buscou desenvolver as seguintes ações:

- Promoção de reuniões, simpósios, seminários e outras iniciativas destinadas a ampliar e a divulgar o conhecimento sobre a segurança de infraestruturas críticas; e

- Acompanhamento dos assuntos pertinentes à segurança de infraestruturas críticas, com prioridade para os que se referem à prevenção.

- Estreitamento do relacionamento com órgãos e entidades dos setores público e privado, a fim de firmar parcerias e implementar as medidas preventivas adequadas para a segurança de infraestruturas críticas.

- Promoção de ações destinadas a conscientizar a sociedade brasileira para a importância da atividade de segurança de infraestruturas críticas.

- Realização do contínuo aprimoramento da segurança das infraestruturas críticas, buscando a cooperação com entidades nacionais e internacionais.

2.2.7 Núcleo do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (Nu SIPRON)

O SIPRON tem por objetivos desenvolver atividades que visem manter, permanentemente, a capacidade para a pronta resposta a situações de emergência nuclear no

país e para a proteção dos materiais e conhecimentos sensíveis relacionados aos programas e projetos da área nuclear em desenvolvimento.

No campo da proteção física de instalações, o SIPRON tem a atribuição de desenvolver atividades que permitam o planejamento integrado e a ação conjunta dos atores responsáveis pela adoção de medidas destinadas a evitar atos de sabotagem contra materiais, equipamentos e instalações usados em programas e projetos de desenvolvimento técnico-científico nuclear de interesse do Estado e da sociedade.

No campo das salvaguardas nacionais, a atribuição do SIPRON está relacionada às medidas preventivas destinadas a evitar ou a detectar, em tempo hábil, o desvio para uso não autorizado de materiais e equipamentos, bem como a resguardar dados, informações e estudos técnicos cujos sigilos sejam de interesse para o Estado no campo da utilização da energia nuclear.

O SIPRON, como responsável pelas atividades relacionadas ao gerenciamento e implementação da pronta resposta a situações de emergência nuclear no território nacional, em conformidade com o que dispõe a Convenção de Segurança Nuclear, assinada pelo Brasil em 20 de setembro de 1994, tem sua atuação voltada às ações que estabeleçam e mantenham defesas efetivas nas usinas nucleares instaladas no território nacional contra danos radiológicos potenciais, de forma a proteger indivíduos, sociedade e meio ambiente dos efeitos nocivos da radiação ionizante originária dessas instalações.

Cabe ao GSIPR, como Órgão Central, especificamente, as seguintes atribuições:

- prestar a orientação superior para o desenvolvimento das atividades do Sistema, exercendo a coordenação-geral, o controle e a supervisão dessas atividades;
- manter o entendimento, junto ao Ministério das Relações Exteriores, sobre o conteúdo de compromissos de interesse do Sistema, cogitados ou assumidos com órgãos e entidades estrangeiras;
- examinar os casos em que, das atribuições concorrentes, entre os Órgãos de Coordenação Setorial do Sistema, possa resultar superposição operacional;
- encaminhar à decisão do Ministro de Estado do GSIPR as propostas de medidas de proteção passíveis de serem adotadas em situação de emergência; e
- incentivar a participação de representantes do SIPRON em conferências ou reuniões internacionais de interesse do Sistema.

Para alcançar o seu papel institucional, o GSIPR conta com o assessoramento da Comissão de Coordenação da Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (COPRON), um

Comitê de Planejamento de Resposta a Situações de Emergência Nuclear no Município de Angra dos Reis (COPREN/AR) e um Comitê de Planejamento de Resposta a Situações de Emergência no Município de Resende (COPREN/RES).

Ao Núcleo de Coordenação do SIPRON compete:

- assegurar o planejamento integrado de ações que visem permitir a proteção das atividades, instalações e projetos do programa Nuclear Brasileiro (PNB);
- orientar, coordenar, controlar e supervisionar o SIPRON;
- assessorar e assistir o Secretário-Executivo nos assuntos relacionados ao SIPRON;
- planejar a aplicação dos recursos de dotação orçamentária específica para a execução de suas atividades; e
- realizar outras atividades determinadas pelo Ministro de Estado ou pelo Secretário-Executivo do GSIPR.

2.3 Programas de Governo sob responsabilidade da UJ

O GSIPR realizou despesas, ao longo do exercício de 2010, nos seguintes programas / ações orçamentárias, de acordo com dados extraídos do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan):

2.3.1 Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - Programa 0641 - Inteligência Federal

Identificação do Programa de Governo									
Código no PPA: 0641		Denominação: Inteligência Federal							
Tipo do Programa: Serviços ao Estado									
Objetivo Geral: Desenvolver Atividades de Inteligência e de Segurança da Informação no interesse do Estado e da Sociedade.									
Objetivos Específicos: -									
Gerente: Wilson Roberto Trezza		Responsável: Wilson Roberto Trezza							
Público Alvo: Servidores de Organizações da Administração Pública Federal									
Informações orçamentárias e financeiras do Programa									
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Em R\$ 1,00				
Inicial	Final				Valores Pagos				
2.310.303,94	-	1.848.652,06	1.848.652,06	29.617,87	640.795,81				

Tabela 1 – Fonte: SIGPLAN

2.3.2 Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - Programa 0750 - Apoio Administrativo

Identificação do Programa de Governo										
Código no PPA: 0750	Denominação: Apoio Administrativo									
Tipo do Programa: Apoio às políticas públicas e áreas especiais										
Objetivo Geral: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.										
Objetivos Específicos: -										
Gerente: A cargo da Casa Civil	Responsável: A cargo da Casa Civil									
Público Alvo: Governo										
Informações orçamentárias e financeiras do Programa										
Em R\$ 1,00										
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos					
Inicial	Final									
16.727.717,59	-	16.022.019,71	16.022.019,71	659.231,59	10.650.954,07					

Tabela 2 – Fonte: SIGPLAN

2.3.3 Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - Programa 1113 – Programa Nacional de Atividades Nucleares

Identificação do Programa de Governo										
Código no PPA: 1113	Denominação: Programa Nacional de Atividades Nucleares									
Tipo do Programa: Finalístico										
Objetivo Geral: Assegurar o uso pacífico e seguro da energia nuclear, desenvolver ciência e tecnologia nuclear e correlatas para a medicina, indústria, agricultura, meio ambiente e geração de energia e atender ao mercado de equipamentos, componentes e insumos para indústria nuclear e de alta tecnologia.										
Objetivos Específicos: Incentivar a pesquisa e desenvolvimento em áreas estratégicas.										
Gerente: Odair Dias Gonçalves	Responsável: Não aplicável									
Público Alvo: Instalações nucleares e radioativas; comunidade científica; setor produtivo (indústria, agricultura e meio ambiente); instituições médicas; empresas de geração núcleo-elétrica; instituições de ensino.										
Informações orçamentárias e financeiras do Programa										
Em R\$ 1,00										
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos					
Inicial	Final									
234.567,76	-	216.032,75	216.032,75	17.511,86	77.251,31					

Tabela 3 – Fonte: SIGPLAN

2.4 Identificação da Unidade Orçamentária

Denominação da Unidades Orçamentária	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Presidência da República	20101	110005

Tabela 4 – Fonte: SIAFI

2.4.1 Programação de Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
Exercícios		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	-	-	-	-	21.400.160,00	28.270.375,00
	PLOA	-	-	-	-	21.400.160,00	28.270.375,00
	LOA	-	-	-	-	4.670.800,00	28.270.375,00
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	-	-	16.409.360,00	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-
	Outras Operações	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-	21.080.160,00	28.270.375,00

Tabela 5 – Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.4.2 Programação de Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Outras Despesas de Capital	
Exercícios		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	5.599.840,00	13.229.625,00	-	-	-	-
	PLOA	5.599.840,00	13.229.625,00	-	-	-	-
	LOA	5.599.840,00	13.229.625,00	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-
	Outras Operações	-	-	-	-	-	-
	Total	5.599.840,00	13.229.625,00	-	-	-	-

Tabela 6 – Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.4.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
Exercícios		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	21.400.160,00	28.270.375,00	5.599.840,00	13.229.625,00	-	-
	PLOA	21.400.160,00	28.270.375,00	5.599.840,00	13.229.625,00	-	-
	LOA	4.670.800,00	28.270.375,00	5.599.840,00	13.229.625,00	-	-
CRÉDITOS	Suplementares	16.409.360,00	-	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-
	Outras Operações	-	-	-	-	-	-
Total		21.080.160,00	28.270.375,00	5.599.840,00	13.229.625,00	-	-

Tabela 7 – Fonte: SIAFI GERENCIAL

Da análise que se pôde fazer dos últimos quadros apresentados, verifica-se que o montante proposto (Despesas Correntes e de Capital) por esta UJ no PLOA para 2010 – R\$41.500.000,00 (quarenta e um milhões e quinhentos mil reais) foi integralmente aprovado na LOA/2010 (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010). Entretanto, a Portaria nº 44-Sec Exec/CC/PR, de 13 de abril de 2010, estabeleceu um limite de movimentação e empenho, no valor de R\$ 31.000.000,00 (trinta e um milhões), sendo R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões) para Despesas Correntes e R\$ 7.000.000,00 (sete milhões) para Despesas de Capital. Tal contingenciamento no orçamento da UG exigiu um replanejamento das despesas previstas para serem feitas ao longo do exercício, fato que causou um prejuízo relativo no cumprimento de todas as metas inicialmente propostas.

2.4.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	110120	2272	-	-	105.204,30
	Recebidos	-	-	-	-	-

Movimentação Externa	Concedidos	114702	2272	-	-	5.448,00	
		135050	2272	-	-	68.042,28	
		160094	2272	-	-	52.942,56	
		160999	2272	-	-	366,74	
		721000	2272	-	-	19.989,99	
		723000	2272	-	-	55.500,00	
		781000	2272	-	-	4.500,00	
		240101	2B27	-	-	164.454,74	
		742000	2B27	-	-	30.000,00	
		762300	2B27	-	-	94.000,00	
		781330	2B27	-	-	95.000,00	
		154040	6232	-	-	554.802,00	
		120030	4693	-	-	5.500,00	
		160006	4693	-	-	8.568,63	
		160016	4693	-	-	10.623,32	
		160047	4693	-	-	12.412,75	
		160052	4693	-	-	177.062,09	
		160053	4693	-	-	29.000,00	
		160055	4693	-	-	231.957,98	
		160057	4693	-	-	145.956,88	
		160058	4693	-	-	39.994,52	
		160059	4693	-	-	133.991,99	
		160060	4693	-	-	253.926,86	
		160062	4693	-	-	9.043,84	
		160065	4693	-	-	122.962,18	
		160069	4693	-	-	358.336,05	
		160094	4693	-	-	583.334,90	
		160098	4693	-	-	86.707,63	
		160100	4693	-	-	93.018,12	
		160101	4693	-	-	49.823,83	
		160105	4693	-	-	7.109,99	
		160130	4693	-	-	160,00	
		160152	4693	-	-	5.678,75	
		160178	4693	-	-	2.000,00	
		160180	4693	-	-	2.000,00	
		160211	4693	-	-	3.496,53	
		160238	4693	-	-	10.682,93	
		160340	4693	-	-	1.523,47	
		160386	4693	-	-	8.926,60	
		160391	4693	-	-	22.077,00	
		160433	4693	-	-	1.130,00	
		160435	4693	-	-	6.030,00	
		160440	4693	-	-	113,10	
		160455	4693	-	-	8.300,23	
		160479	4693	-	-	70.000,00	
		160518	4693	-	-	16.265,26	
		160528	4693	-	-	33.887,71	
		160539	4693	-	-	649,12	
		160999	4693	-	-	13.620,61	
		787200	4693	-	-	93.274,00	
		787310	4693	-	-	127.336,00	
Recebidos		-	-	-	-	-	
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital			
				4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital	

Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	135050	2272	17.846,00	-	-
		160094	2272	21036,72	-	-
		160999	2272	203,27	-	-
		742000	2B27	50.000,00	-	-
		762300	2B27	107.480,00	-	-
		765000	2B27	45.997,50	-	-
		781330	2B27	42.000,00	-	-
		160052	4693	440.849,71	-	-
		160059	4693	435.527,59	-	-
		160060	4693	232.496,59	-	-
		160065	4693	34.446,00	-	-
		160066	4693	6.667.923,92	-	-
		160094	4693	91.331,97	-	-
		160098	4693	10.854,00	-	-
		160100	4693	19.981,00	-	-
		160101	4693	5.944,98	-	-
		160391	4693	1.112,50	-	-
		160528	4693	5.249,90	-	-
		160999	4693	3.113,47	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Tabela 8 – Fonte: SIAFI GERENCIAL

Dentre as competências que compõem as responsabilidades institucionais do GSIPR, está a de zelar pela segurança pessoal do Chefe de Estado nos locais onde esta autoridade esteja. Para tanto, nos eventos em que o Senhor Presidente da República se faz presente, são acionados contingentes de organizações militares das Forças Armadas que participam da segurança afastada do mandatário da República. É nesse contexto que foram feitas as concessões de créditos orçamentários, elencadas na tabela acima, para as UG citadas, com o objetivo de ressarcir-las dos gastos que as mesmas tiveram no cumprimento dessas missões de segurança.

Registra-se que tais descentralizações de créditos estavam previstas no planejamento orçamentário da UG GSIPR para o exercício de 2010, por serem do interesse deste órgão da estrutura essencial da Presidência da República.

2.5 Execução Orçamentária de Créditos Originários da Unidade Jurisdicionada

2.5.1 Despesa por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação	-	-	-	-
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	3.289.767,45	8.982.707,34	3.289.767,45	8.982.707,34

Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	-	-	-	-
Contratações Diretas	-	-	-	-
Dispensa	567.779,69	668.592,33	567.779,69	668.592,33
Inexigibilidade	1.822.488,86	1.986.032,50	1.822.488,86	1.986.032,50
Regime de Execução Especial	-	-	-	-
Suprimento de Fundos	-	-	-	-
Pagamento de Pessoal	-	-	-	-
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	4.592.340,77	6.105.553,28	4.592.340,77	6.105.553,28
Outros	-	-	-	-

Tabela 9 – Fonte: SIAFI

2.5.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
339014 – Diárias Pessoal Civil	402.616,19	553.077,53	402.616,19	553.077,53	85.529,30	10.296,85	316.825,18	542.212,58
339015 – Diárias Pessoal Militar	4.189.724,58	5.552.475,75	4.189.724,58	5.552.475,75	465.619,37	49.048,93	3.719.952,87	5.483.906,67
339033 – Passagens e Despesas com Locomoção	-	-	-	-	-	850.022,71	-	1.857.471,35
3- Outras Despesas Correntes	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
339030 – Material de Consumo	1.424.316,36	989.077,17	1.424.316,36	989.077,17	948.341,22	288.198,51	464.525,73	739.326,33
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	208.393,26	232.199,78	208.393,26	232.199,78	38.223,88	17.758,48	170.169,38	200.064,80
339037 – Locação de Mão-de-Obra	141.485,38	2.053.604,08	141.485,38	2.053.604,08	141.485,38	218.010,71	-	1.835.593,37
339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	2.762.489,71	3.223.300,73	2.762.489,71	3.223.300,73	700.047,23	999.975,90	1.837.676,13	2.111.141,63
339047 – Obrigações Tributárias e Contributivas	11.251,25	14.959,97	11.251,25	14.959,97	408,43	789,50	10.842,82	14.170,47

339092 – Despesas de Exercícios Anteriores	13.757,98	125.493,03	13.757,98	125.493,03	101,89	-	13.656,09	125.493,03
339093 – Indenizações e Restituições	5.000,00	205.960,37	5.000,00	205.960,37	2.251,35	4.171,70	2.748,65	201.788,67
339139 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	150,00	-	150,00	-	-	-	150,00	-

Tabela 10 – Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.5.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
449039 – Outros Sv de Terceiros	-	260.908,50	-	260.908,50	-	239.338,00	-	-
449051 – Obras e Instalações	43.398,60	-	43.398,60	-	-	-	43.398,60	-
449052 – Equipamentos e Material Permanente	1.191.606,40	4.916.723,93	1.191.606,40	4.916.723,93	558.831,54	4.676.473,51	632.774,86	254.850,67

Tabela 11 – Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.5.4 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	3.289.767,45	8.982.707,34	3.289.767,45	8.982.707,34
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	-	-	-	-
Contratações Diretas				
Dispensa	567.779,69	668.592,33	567.779,69	668.592,33
Inexigibilidade	1.822.488,86	1.986.032,50	1.822.488,86	1.986.032,50
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	-	-	-	-
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	4.592.340,77	6.105.553,28	4.592.340,77	6.105.553,28
Outros				

Tabela 12 – Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.5.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
339014 – Diárias Pessoal Civil	402.616,19	553.077,53	402.616,19	553.077,53	85.529,30	10.296,85	316.825,18	542.212,58
339015 – Diárias Pessoal Militar	4.189.724,58	5.552.475,75	4.189.724,58	5.552.475,75	465.619,37	49.048,93	3.719.952,87	5.483.906,67
339033 – Passagens e Despesas com Locomoção	-	-	-	-	-	850.022,71	-	1.857.471,35
3- Outras Despesas Correntes	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
339030 – Material de Consumo	1.424.316,36	989.077,17	1.424.316,36	989.077,17	948.341,22	288.198,51	464.525,73	739.326,33
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	208.393,26	232.199,78	208.393,26	232.199,78	38.223,88	17.758,48	170.169,38	200.064,80
339037 – Locação de Mão-de-Obra	141.485,38	2.053.604,08	141.485,38	2.053.604,08	141.485,38	218.010,71	-	1.835.593,37
339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	2.762.489,71	3.223.300,73	2.762.489,71	3.223.300,73	700.047,23	999.975,90	1.837.676,13	2.111.141,63
339047 – Obrigações Tributárias e Contributivas	11.251,25	14.959,97	11.251,25	14.959,97	408,43	789,50	10.842,82	14.170,47
339092 – Despesas de Exercícios Anteriores	13.757,98	125.493,03	13.757,98	125.493,03	101,89	-	13.656,09	125.493,03
339093 – Indenizações e Restituições	5.000,00	205.960,37	5.000,00	205.960,37	2.251,35	4.171,70	2.748,65	201.788,67
339139 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	150,00	-	150,00	-	-	-	150,00	-

Tabela 13 – Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.5.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
449039 – Outros Sv de Terceiros	-	260.908,50	-	260.908,50	-	239.338,00	-	-
449051 – Obras e Instalações	43.398,60	-	43.398,60	-	-	-	43.398,60	-
449052 – Equipamentos e Material Permanente	1.191.606,40	4.916.723,93	1.191.606,40	4.916.723,93	558.831,54	4.676.473,51	632.774,86	254.850,67

Tabela 14 – Fonte: SIAFI GERENCIAL

Após a apresentação dos quadros, referentes à execução orçamentária da UG GSIPR, cabe salientar que não houve, ao longo do exercício de 2010, alterações significativas na Programação Orçamentária da UJ.

Com relação ao contingenciamento orçamentário sofrido no exercício considerado, já comentado na página 33, o mesmo exigiu uma reordenação de prioridade de despesas a serem executadas. Não houve, entretanto, um comprometimento que afetasse substancialmente o cumprimento das missões impostas a este Gabinete.

2.6 Execução Física das Ações Realizadas pela Unidade Jurisdicionada

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
04	128	0641	6232	orçamentária	4	Servidor Capacitado	1.000	2.789	-

Tabela 15 – Fonte: SIGPLAN/DSIC-GSIPR

Dentre as Ações constantes da LOA / 2010 que compuseram o orçamento da UG GSIPR no exercício considerado, foi objeto de aferição a Ação 6232 – Capacitação de Recursos Humanos em Segurança da Informação e Comunicações, vinculada ao Programa 0641 – Inteligência Federal. Assim, conforme se depreende da análise do quadro acima, a meta estipulada superou as expectativas. Esse resultado alcançado contribuiu sobremodo para o cumprimento dos objetivos gerais traçados pela UJ nessa relevante vertente da segurança institucional da Presidência da República que a segurança da informação e das comunicações.

Para as demais Ações Orçamentárias utilizadas pela UG GSIPR no exercício de 2010, não foram estipuladas metas físicas.

3. Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar Em 31/12/2010
2009	240.629,81	7.797,25	232.832,56	0,00
2008	13.563,59	0,00	13.563,59	0,00
2007		(1)		
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar Em 31/12/2010
2009	2.940.839,59	428.127,85	1.816.814,77	706.361,32
2008	2.174.921,94	201.310,72	1.963.146,87	10.464,35
2007		(1)		

Observações: (1) Não houve movimentação financeira neste ano, em razão de a UG GSIPR ter sido criada em 2008.

Tabela 16 – Fonte: SIAFI

Os valores inscritos em Restos a Pagar, tanto os processados quanto os não processados foram considerados no planejamento e na elaboração do orçamento da UJ GSIPR para o ano de 2010, não havendo quaisquer efeitos negativos que tenham prejudicado a gestão orçamentária e financeira desta UJ.

4. Composição do Quadro de Recursos Humanos

4.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	-	-	-	-
1.1 Membros de poder e agentes políticos	4	4	-	-
1.2 Servidores de Carreira	-	-	-	-
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	6	6	-	-
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	1	1	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	7	7	-	-
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-
1.4.1 Cedidos	-	-	-	-
1.4.2 Removidos	-	-	-	-
1.4.3 Licença remunerada	-	-	-	-
1.4.4 Licença não remunerada	-	-	-	-
2 Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-
2.1 Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	-	-	-	-

2.2.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.2.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.2.3	Servidor de outros órgãos e esferas	52	52	8	4
2.2.4	Sem vínculo	32	32	4	7
2.2.5	Aposentado	-	-	-	-
2.3	Funções gratificadas	-	-	-	-
2.3.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.3.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3.3	Servidor de outros órgãos e esferas	855	855	129	116
3	Total	957	957	141	127

Tabela 17 – Fonte: DIGEP/SG/PR

4.2 Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-		
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	2	2
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	4	21	24	27	8
2.3. Funções gratificadas	163	264	358	65	5

Tabela 18 – Fonte: DIGEP/SG/PR

4.3 Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	1	1	16	56	6	2	1	0
2.3. Funções gratificadas	0	11	25	146	468	152	18	11	1	23

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Tabela 19 – Fonte: DIGEP/SG/PR

4.4 Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdênciarios	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	470.690,63	-	-	-	-	-	-	470.690,63
2009	606.295,78	-	-	-	-	-	-	606.295,78
2010	571.432,39	-	-	-	-	-	-	571.432,39
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores com Contratos Temporários								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	3.115.257,47	-	-	-	-	-	-	3.115.257,47
2009	3.956.090,00	-	-	-	-	-	-	3.956.090,00
2010	3.946.741,45	-	-	-	-	-	-	3.946.741,45
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	7.177.556,80	-	-	-	-	-	-	7.177.556,80
2009	9.162.079,72	-	-	-	-	-	-	9.162.079,72
2010	8.538.451,39	-	-	-	-	-	-	8.538.451,39

Tabela 20 – Fonte: DIGEP/SG/PR

4.5 Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante										
Nome: Gabinete de Segurança Institucional/PR					CNPJ: 093997360001/59					
Informações sobre os contratos										
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados			Sit.
					Inicio	Fim	P	C	P	
2010	(L)	(O)	Contrato nr 11/2009 – Serviço de limpeza	07261678/0001-77 Adservi Serviços Especiais Ltda-ME	06/04/09	28/02/11		X		(E)
2010	(L)	(O)	Contrato nr 166/2006 – serviço de limpeza	05386786/0001-40 LPT Tercerização de Serviços Ltda	01/11/06	01/11/10		X		(E)

2010	(L)	(E)	Contrato nr 23/2010 – serviço de limpeza	12626010/0001-16 VY Office Clean Tercerização de Serviços - LTDA	15/12/10	31/01/11		X						(E)
2010	(V)	(O)	Contrato nr 24/2009 – serviço de vigilância	10496968/0001-04 – Oriente – Segurança Privada Ltda	31/12/09	31/12/10		X						(P)
Observação:														
LEGENDA														
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.														
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.														

Tabela 21 – Fonte: Coordenadoria Geral de Logística/SPR/GSIPR

4.6 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante															
Nome: Gabinete de Segurança Institucional/PR					CNPJ: 093997360001/59										
Informações sobre os contratos															
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados		Sit.						
					Início	Fim	P	C		P	C	P	C		
2010	2	(O)	Contrato nr 11/2009	07261678/0001-77 Adservi Serviços Especiais Ltda-ME	06/04/09	28/02/11		X							(E)
2010	2	(O)	Contrato nr 166/2006	05386786/0001-40 LPT Tercerização de Serviços Ltda	01/11/06	01/11/10		X							(E)
2010	2	(E)	Contrato nr 23/2010	12626010/0001-16 VY Office Clean Tercerização de Serviços - LTDA	15/12/10	31/01/11		X							(E)
2010	7	(O)	Contrato nr 24/2009	10496968/0001-04 – Oriente – Segurança Privada Ltda	30/12/09	31/12/10		X							(P)

Observação:

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copia e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Tabela 22 – Fonte: Coordenadoria Geral de Logística/SPR/GSIPR

4.7 Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
Contrato nr 11/2009 – Adservi Serviços Especiais Ltda-ME	(7)	1	Serviço de limpeza e conservação do Escritório de Segurança da Presidência da República em Florianópolis/SC
Contrato nr 166/2006 – LPT Tercerização de Serviços Ltda	(7)	1	Serviço de limpeza e conservação do Escritório de Segurança da Presidência da República em São Bernardo do Campo/SP
Contrato nr 23/2010 - VY Office Clean Tercerização de Serviços - LTDA	(7)	1	Serviço de limpeza e conservação do Escritório de Segurança da Presidência da República em São Bernardo do Campo/SP
Contrato nr 24/2009 - Oriente – Segurança Privada Ltda	(8)	64	Serviço de vigilância das instalações da Presidência da República.

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
3. Serviços de Copia e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
7. Higiene e Limpeza;
8. Vigilância Ostensiva;
9. Outras.

Tabela 23 – Fonte: Coordenadoria Geral de Logística/SPR/GSIPR

A estrutura de recursos humanos do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSIPR) é composta de Cargos em Comissão e de Funções Gratificadas, ocupadas por servidores militares e civis cedidos ou requisitados de diversos órgãos da Administração Federal, dos Estados e do Distrito Federal.

Em razão do acréscimo de atribuições recebidas pelo Gabinete nos últimos anos e com vistas à recomposição das estruturas organizacionais de órgãos da Presidência da República, o Projeto de Lei 3961/08 (dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Gratificação por Exercício em Cargo de Confiança nos órgãos da Presidência da República) propõe para o GSIPR o acréscimo dos seguintes cargos:

- 02 (dois) DAS-5;
- 05 (cinco) DAS-4;
- 10 (dez) DAS-3;
- 04 (quatro) DAS-2;
- 03 (três) DAS-1;
- 01 (uma) Gratificação de Representação do Grupo B;
- 06 (seis) Gratificações de Representação do Grupo C; e

- 01 (uma) Gratificação de Representação do Grupo D

Devido à política de pessoal das Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica) e Forças Auxiliares (Polícias e Corpos de Bombeiros Militares dos Estados e do Distrito Federal), há grande rotatividade do pessoal militar à disposição do GSIPR.

5. Transferências

No exercício em questão, foram transferidos pela UG GSIPR os seguintes recursos orçamentários e financeiros:

5.1. Ação 4693 - Segurança de Área e no Transporte do Presidente da República em seus Deslocamentos Internos e Externos

Tipo	Cod SIAFI	Nº do Termo	Objeto	Public DOU	Total Pactuado	Transf no Exercício	Contra-Partida	Beneficiário	Setor Responsável
Descentralização externa	160504	-	Publicação em imprensa oficial de extrato de aquisição de materiais para o GSIPR por intermédio da CEBW.	-	500,00	500,00	-	COLOG	SPR
Descentralização externa	160060	-	Atender despesas decorrentes da aquisição de vestimenta utilizadas pelo pessoal de apoio de Coordenação de Segurança de Área (CSA).	-	30.000,00	30.000,00	-	BPEB	SPR
Descentralização externa	160065	-	Atender despesas decorrentes da manutenção do Estande de Tiro General Darcy Lázaro utilizado para treinamento de tiro do pessoal da Segurança Presidencial.	-	30.000,00	30.000,00	-	Cmdo 11ª RM	SPR
Descentralização externa	160504	-	Atender despesas decorrentes da aquisição de munição para uso da SPR/GSI/PR.	-	193.500,00	193.500,00	-	COLOG	SPR
Descentralização externa	160504	-	- Atender despesas decorrentes da aquisição de Colt M4 Commando Flat-Top, Colt Knighth's RAS Rail System, Colt 5.56 Magazine Polymer Plastic, for Glock G19, Compressed Air Charging Station, Adapters for Glock G19 Magazines e High Pressure Comp. Air Cylinder.	-	238.607,46	238.607,46	-	COLOG	SPR
Descentralização externa	787000	-	Atender despesas decorrentes da manutenção aos materiais fluviais empregados para apoio à segurança presidencial.	-	70.000,00	70.000,00	-	7º DN	SPR

Tabela 24 – Fonte: GSIPR/DGes/OD

_tipo	Cod SIAFI	Nº do Termo	Objeto	Public DOU	Total Pactuado	Transf no Exercício	Contra-Partida	Beneficiário	Setor Responsável
Descentralização externa	160052	-	Atender despesas decorrentes da aquisição de peças e conjuntos de reparação de armamento utilizados pelo pessoal da Guarda Presidencial.	-	30.000,00	30.000,00	-	1º RCG	SPR
Descentralização externa	160052	-	Atender despesas decorrentes da aquisição de armamento para utilização de integrantes da Guarda das instalações Presidenciais.	-	190.820,00	190.820,00	-	1º RCG	SPR
Descentralização externa	160052	-	Atender despesas decorrentes da aquisição de viatura administrativa, do tipo microônibus, para possibilitar o deslocamento das Guardas às instalações Presidenciais e deslocamentos de Delegações para Cerimônias coordenadas pela Presidência da República.	-	232.496,59	232.496,59	-	1º RCG	SPR
Descentralização externa	160504	-	- Atender despesas decorrentes da aquisição de munição não letal.	-	66.340,00	66.340,00	-	COLOG	SPR
Descentralização externa	160059	-	Atender despesas decorrentes da aquisição de vestimenta utilizadas pelo pessoal de apoio de Coordenação de Segurança de Área (CSA).	-	30.000,00	30.000,00	-	BGP	SPR
Descentralização externa	160059	-	Atender despesas decorrentes da aquisição de viatura administrativa, do tipo microônibus, para possibilitar o deslocamento das Guardas às instalações Presidenciais e deslocamentos de Delegações para Cerimônias coordenadas pela Presidência da República.	-	232.496,59	232.496,59	-	BGP	SPR
Descentralização externa	160059	-	Atender despesas decorrentes da aquisição de armamento para utilização de integrantes da Guarda das instalações Presidenciais.	-	203.040,00	203.040,00	-	BGP	SPR
Descentralização externa	160539	-	Atender despesas decorrentes das atividades de segurança relativas à Posse da 1ª Presidenta da República.	-	2.033.500,00	2.033.500,00	-	COTER	SPR
Descentralização externa	160391	-	Atender necessidade de capacitação de agentes de segurança pessoal, condutores de veículos de segurança e apoio às atividades de implantação do Escritório de Representação do Departamento de Segurança em Porto Alegre/RS	-	23.189,50	23.189,50	-	CPOR PA	SPR

Tabela 24 – Fonte: GSIPR/DGes/OD

Tipo	Cod SIAFI	Nº do Termo	Objeto	Public DOU	Total Pactuado	Transf no Exercício	Contra-Partida	Beneficiário	Setor Responsável
Descentralização externa	772001	-	Atender despesas decorrentes das atividades de segurança relativas à Posse da Srª Presidenta da República.	-	57.336,00	57.336,00	-	DEL BSB MB	SPR
Descentralização externa	772001	-	Atender despesas decorrentes das atividades de adequação de espaços físicos destinados ao funcionamento da Secretaria de Segurança Presidencial.	-	93.274,00	93.274,00	-	GPT FZO NAVAIS BSB	SPR
Descentralização externa	160502	-	Atender despesas decorrentes da adequação de espaços físicos destinados ao pleno funcionamento da estrutura organizacional do sistema de segurança presidencial.	-	6.717.924,23	6.717.924,23	-	DEC	SPR
Descentralização externa	160105	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	7.142,70	7.142,70	-	24º BC	DGes
Descentralização externa	160211	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	3.500,00	3.500,00	-	20º BIB	DGes
Descentralização externa	160386	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	8.946,60	8.946,60	-	3º BPE	DGes
Descentralização externa	160060	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	1.499,21	1.499,21	-	BPEB	DGes
Descentralização externa	160060	-	Atender despesas decorrentes da aquisição de viatura administrativa, do tipo microônibus, para possibilitar o deslocamento das Guardas às instalações Presidenciais e deslocamentos de Delegações para Cerimônias coordenadas pela Presidência da República.	-	232.496,59	232.496,59	-	BPEB	SPR
Descentralização externa	160433	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	1.138,20	1.138,20	-	19º BIMtz	DGes
Descentralização externa	160152	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	5.679,74	5.679,74	-	11º RCMec	DGes

Tabela 24 – Fonte: GSIPR/DGes/OD

Tipo	Cod SIAFI	Nº do Termo	Objeto	Public DOU	Total Pactuado	Transf no Exercício	Contra-Partida	Beneficiário	Setor Responsável
Descentralização externa	160047	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	12.463,20	12.463,20	-	Cmdo 10ª RM	DGes
Descentralização externa	160006	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	18.092,60	18.092,60	-	1º BIS	DGes
Descentralização externa	160130	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	160,00	160,00	-	36º BIMtz	DGes
Descentralização externa	160435	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	6.032,44	6.032,44	-	7º RCMec	DGes
Descentralização externa	160340	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	1.523,50	1.523,50	-	16º BIMtz	DGes
Descentralização externa	160440	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	115,71	115,71	-	23º BI	DGes
Descentralização externa	160455	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	8.323,64	8.323,64	-	20º GACL	DGes
Descentralização externa	160180	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	2.000,00	2.000,00	-	4º BPE	DGes
Descentralização externa	160178	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	2.000,00	2.000,00	-	14º BIMtz	DGes
Descentralização externa	120030	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	5.500,00	5.500,00	-	Ba Aer Galeão	DGes
Descentralização externa	160016	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	1.160,00	1.160,00	-	12ª Cia PE	DGes

Tabela 24 – Fonte: GSIPR/DGes/OD

5.2. Ação 2B27 - Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro

Tipo	Cod SIAFI	Nº do Termo	Objeto	Public DOU	Total Pactuado	Transf no Exercício	Contra-Partida	Beneficiário	Setor Responsável
Descentralização externa	742000	-	Aquisição de materiais e de equipamentos destinados ao aprimoramento da infra-estrutura de resposta a situações de emergência nuclear.	-	80.000,00	80.000,00	-	CTMSP	SIPRON
Descentralização externa	762300	-	Aquisição de materiais e de equipamentos destinados ao aprimoramento da infra-estrutura de resposta a situações de emergência nuclear.	-	201.480,00	201.480,00	-	CN	SIPRON
Descentralização externa	781330	-	Aquisição de materiais e de equipamentos destinados ao aprimoramento da infra-estrutura de resposta a situações de emergência nuclear.	-	137.000,00	137.000,00	-	CPRJ	SIPRON
Descentralização externa	765000	-	Aquisição de materiais e de equipamentos destinados ao aprimoramento da infra-estrutura de resposta a situações de emergência nuclear.	-	45.997,50	45.997,50	-	DSM	SIPRON
Descentralização externa	240101	-	Atender despesas com o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro	-	164.454,74	164.454,74	-	MCT	SIPRON

Tabela 25 – Fonte: GSIPR/DGes/OD

5.3. Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Tipo	Cod SIAFI	Nº do Termo	Objeto	Public DOU	Total Pactuado	Transf no Exercício	Contra-Partida	Beneficiário	Setor Responsável
Descentralização externa	135050	-	Implementar o Projeto “Monitoramento por Satélite das Temáticas Territoriais e de Segurança Institucional”.	-	100.000,00	100.000,00	-	EMBRAPA	SAEI
Descentralização externa	772100	-	Custear serviços e materiais empregados na preparação e realização do exercício de gestão de crise portuária programado para o período de 27 a 29 de outubro de 2010, no Centro de Jogos da Escola de Guerra Naval.	-	20.000,00	20.000,00	-	EGN	SAEI
Descentralização externa	723100	-	Atender às necessidades para implementar o projeto “Desenvolvimento e Implementação do Portal de Internet da Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais”.	-	60.000,00	60.000,00	-	CASNAV	SAEI

_tipo	Cod SIAFI	Nº do Termo	Objeto	Public DOU	Total Pactuado	Transf no Exercício	Contra-Partida	Beneficiário	Setor Responsável
Descentralização externa	114702	-	Realização de oficina de capacitação dos servidores da SAEI com vistas à avaliação das ações realizadas no período 2007 a 2010 e ao planejamento da próxima gestão.	-	5.448,00	5.448,00	-	ENAP	SAEI
Descentralização externa	135050	-	Aquisição e tratamento de imagens de satélite de alta definição.	-	600.000,00	600.000,00	-	EMBRAPA	SAEI
Descentralização interna	110120	-	Realização da edição e publicação de material de apoio às atividades da SAEI como Secretaria-Executiva da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDEN).	-	25.000,00	25.000,00	-	ABIN	SAEI
Descentralização interna	110120	-	Realização de trabalhos gráficos de interesse do Núcleo de Segurança de Infraestruturas Críticas do GSIPR.	-	11.378,00	11.378,00	-	ABIN	NSIEC
Descentralização interna	110120	-	Aquisição de material de consumo para atender a área de Segurança da Informação, em produtos a serem utilizados âmbito do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República com seus integrantes e órgãos da sua estrutura e que poderão contribuir para a produção de conhecimentos voltados também, para a área de Inteligência de forma a fortalecer o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN).	-	70.000,00	70.000,00	-	ABIN	SAEI

Tabela 26 – Fonte: GSIPR/DGes/OD

5.4. Ação 6232 – Capacitação de Recursos Humanos na Área de Segurança da Informação

_tipo	Cod SIAFI	Nº do Termo	Objeto	Public DOU	Total Pactuado	Transf no Exercício	Contra-Partida	Beneficiário	Setor Responsável
Descentralização externa	154040	-	Apoio ao projeto “Segurança da Informação e Comunicações Cibernéticas” do Gabinete de Segurança institucional da Presidência da República.	-	554.802,00	554.802,00	-	FUB	DSIC

Tabela 27 – Fonte: GSIPR/DGes/OD

6 Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Gabinete de Segurança Institucional/PR									
CNPJ: 093997360001/59 UG/GESTÃO: 110322									
Informações sobre as transferências (Valores em R\$ 1,00)									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra-partida	No exercício	Acumulado até exercício			
4	003/2009-GSI/PR	CRO/11	-	-	6.667.924,23	-	2008	2011	4
4	001/2010-GSI/PR	1º RCGD	-	-	453.316,59	-	13/09/10	12/09/11	4
4	002/2010-GSI/PR	BPEB	-	-	262.496,59	-	13/09/10	12/09/11	4
4	003/2010-GSI/PR	BGP	-	-	465.536,59	-	13/09/10	12/09/11	4
4	005/2010-GSI/PR	CPOR/RS	-	-	22.179,50	-	06/12/10	06/06/11	4
	-	UnB	-	-	554.002,00	-	2010	2010	4
4	-	Fundação Trompowsky	-	-	201.500,00	251.875,00	2010	2010	4
4		CEBW	-	-	82.309,64	-	2010	2010	4
2	-	ABIN	-	-	70.000,00	-	2010	2010	4
4	-	Embrapa Centro Nacional de Pesquisa de Monitoramento por Satélite	600.000,00	-	600.000,00	-	2010	2010	4
4	-	Embrapa Centro Nacional de Pesquisa de Monitoramento por Satélite	100.000,00	-	100.000,00	500.000,00	2010	2010	4
4	-	Centro de Análises de Sistemas Navais – CASNAV	60.000,00	-	60.000,00	-	2010	2010	4

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Parceria
- 4 - Termo de Cooperação
- 5 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Tabela 28 – Fonte: Coordenadoria Geral de Logística/SPR/GSIPR e SAEI

6.1 Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Gabinete de Segurança Institucional/PR			UG/GESTÃO: 110322			
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	1	1	08	200.000,00	200.000,00	8.631.453,50
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	-	-	-	-	-	-

Tabela 29 – Fonte: Coordenadoria Geral de Logística/SPR/GSIPR e SAEI

6.2 Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:		UG/GESTÃO:				
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010	
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011		
Convênio	-	-	-	-		-
Contrato de Repasse	-	-	-	-		-
Termo de Parceria	-	-	-	-		-
Termo de Cooperação	05	-	7.871.453,50	90.000,00		-
Termo de Compromisso	-	-	-	-		-
Totais	-	-	-	-		-

Tabela 30 – Fonte: Coordenadoria Geral de Logística/SPR/GSIPR

7 Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno		Avaliação				
Ambiente de Controle		1	2	3	4	5
1.	Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2.	Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					x
3.	A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4.	Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5.	Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					x
6.	Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					x
7.	As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8.	Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					x
9.	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
Avaliação de Risco		1	2	3	4	5

10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					x
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	x				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais resarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					x
26. A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					x
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					x
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					x
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					x
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x
Considerações gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Tabela 31 – Fonte: GSIPR

8 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.	x				
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			x		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			x		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex: produtos de limpeza biodegradáveis).	x				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	x				
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).			x		
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			x		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).		x			
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.				x	
• Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					x
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).		x			
• Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					x
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			x		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	x				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.		x			
• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.		x			
• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
<i>Considerações Gerais:</i>					
<u>LEGENDA</u>					
<i>Níveis de Avaliação:</i>					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do					

fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.				
--	--	--	--	--

Tabela 32 – Fonte: GSIPR

9 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF: SP	Σ	Σ
	Município: São Bernardo do Campo	1	1
		-	-
	UF: SC	Σ	Σ
	Município: Florianópolis	1	1
		-	-
Subtotal Brasil		2	2
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade "n"	-	-
	PAÍS "n"	Σ	Σ
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade "n"	-	-
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		2	2

Tabela 33 – Fonte: Coordenadoria Geral de Logística/SPR/GSIPR

10 Gestão de TI da UJ

	Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
		1	2	3	4	5
Planejamento						
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.						x
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.			x			
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.						x
Recursos Humanos de TI						
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.						28
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	x					
Segurança da Informação						
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.						x
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.						x
Desenvolvimento e Produção de Sistemas						
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				x		
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.			x			
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.						x
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.						x
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI						

12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Informar o percentual de participação
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.	<input checked="" type="checkbox"/> x
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	<input checked="" type="checkbox"/> x
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	<input checked="" type="checkbox"/> x
Considerações Gerais:	
LEGENDA	
Níveis de avaliação:	
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.	

Tabela 34 – Fonte: GSIPR

Anexo: Declaração do contador responsável pela Unidade Jurisdicionada

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL/PR	110322

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial do Gabinete de Segurança Institucional/PR que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:

- a) Restrição Contábil 104 - saldos alongados contas transitória ativo permanente;
- b) Restrição Contábil 106 - falta de depreciação de ativos permanentes;
- c) Restrição Contábil 163 - saldos alongados nas contas transitórias do ativo compensado;
- d) Restrição Contábil 203 - saldos alongados contas transitórias no passivo circulante; e
- e) Falta/Atraso cumprimento de Diligências.
- f) Existência de saldo na conta 14212.00.00 – Bens Móveis, em desacordo com o Parágrafo Único, art. 3º, do Decreto nº 4.939, de 29/12/2003, alterado pelo Decreto nº 6.346, de 2008

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	BRASÍLIA-DF	Data	15/02/2011
Contador Responsável	ROSAURA CONCEIÇÃO HADDAD	CRC nº	9686 DF

Brasília-DF, 31 de março de 2011.

General-de-Divisão ANTONIO SERGIO GEROMEL
Secretário-Executivo do Gabinete de Segurança
Institucional da Presidência da República



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS**

Relatório de Gestão do exercício de 2010

Brasília-DF, 2011.

Presidência da República
Gabinete de Segurança Institucional
Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas

Relatório de Gestão do exercício de 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 107/2010, da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno.

Fundo Nacional Antidrogas

Brasília-DF, 2011.

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO.....	7
II. PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 107/2010 – CONTEÚDO GERAL	8
1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.....	8
2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010	9
2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	9
2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS..	9
2.3 PROGRAMA DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ	10
2.3.1 EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ	10
2.3.2 EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ.....	11
2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO	11
2.4.1 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA	11
2.4.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA	14
3. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.....	17
3.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17
4. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.....	17
4.1 TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS NO EXERCÍCIO.....	17
4.1.1 RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 2010	17
4.1.2 QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS.....	17
4.1.3 INFORMAÇÕES SOBRE O CONJUNTO DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS QUE VIGERÃO NO EXERCÍCIO DE 2011 E SEGUINTE.....	18
4.1.4 INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE	18
4.1.5 INFORMAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E DE CONTRATOS DE REPASSE	19
5. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N° 107, DE 27/10/2010.....	19
5.1 ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ.....	19
6. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N° 107, DE 27/10/2010.....	19
7. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.....	20
7.1 DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	20
III. PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU N° 107/2010 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	20
13. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010	20
13.1 DECLARAÇÃO COM RESSALVA	20
IV. CONCLUSÃO	21

LISTA DE SIGLAS

ApEx – Assessoria de Apoio e Expediente da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
DACPД – Diretoria de Articulação e Coordenação de Políticas sobre Drogas da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
DN – Decisão Normativa
DPEAI – Diretoria de Projetos Estratégicos e Assuntos Internacionais da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Funad – Fundo Nacional Antidrogas
GSI/PR – Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
LOA – Lei Orçamentária Anual
Obid – Observatório Brasileiro de Informações Sobre Drogas
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PPA – Plano Plurianual
Secex 6 – Sexta Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União
Senad – Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
Sigplan – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
Siorg – Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal
Sisnad – Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas
TC – Tomada de Contas
TCU – Tribunal de Contas da União
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária

LISTA DE QUADROS

- QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO – RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO**
- QUADRO A.2.1 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO**
- QUADRO A.2.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ**
- QUADRO A.2.3 – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA**
- QUADRO A.2.4 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES**
- QUADRO A.2.5 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL**
- QUADRO A.2.6 – QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS**
- QUADRO A.2.7 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA**
- QUADRO A.2.8 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ**
- QUADRO A.2.9 – DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ**
- QUADRO A.2.10 – DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ**
- QUADRO A.2.11 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO**
- QUADRO A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO**
- QUADRO A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO**
- QUADRO A.3.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES**
- QUADRO A.4.1 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS**

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ANEXO III – ASPECTOS SOBRE A GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

ANEXO IV – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

ANEXO V – DECLARAÇÃO COM RESSALVA

I. INTRODUÇÃO

As informações e demonstrativos concernentes à gestão do Fundo Nacional Antidrogas no exercício de 2010, gerido pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, foram elaboradas em conformidade com as orientações emitidas pela Secretaria de Controle Interno com vista ao cumprimento do que estabelece a Instrução Normativa n.º 63/2010, expedida pelo Tribunal de Contas da União.

A apresentação guarda observância ao que dispõem a Decisão Normativa n.º 107/2010 e a Portaria n.º 277/2010, ambas também oriundas daquela corte de contas, de forma a agregarem o Relatório de Gestão do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, conforme consta do Anexo I daquela Decisão Normativa.

Acerca das informações requestadas por meio do Anexo II da já referida Decisão Normativa n.º 107/2010, cumpre registrar que:

- a) durante o exercício sob exame não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos (item 3);
- b) recursos humanos não está sob a gestão desta Unidade Jurisdicionada, mas de área específica da estrutura da Presidência da República, responsável por informações inclusive sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas, (itens 5 e 8);
- c) não houve gestão de patrimônio imobiliário sob a classificação “Bens de Uso Especial” (item 11);
- d) a tecnologia da informação não está sob a gestão desta Unidade Jurisdicionada, mas de área específica da estrutura da Presidência da República, (item 12); e,
- e) esta Unidade Jurisdicionada não gere renúncias tributárias (item 14).

Assim, as informações e os demonstrativos, que agregam o Relatório de Gestão do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, definido na forma do inciso II do artigo 1º da Instrução Normativa n.º 63/2010, emitida pelo Tribunal de Contas da União, tem por objetivo evidenciar à sociedade e aos órgãos de controle a gestão, pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, no exercício de 2010, do Fundo Nacional Antidrogas.

II. PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 107/2010 – CONTEÚDO GERAL

1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO – RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO

Poder e Órgão de Vinculação				
Poder: Executivo				
Órgão de Vinculação: Presidência da República	Código SIORG: 000026			
Identificação da Unidade Jurisdicionada agregadora				
Denominação completa: Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República				
Denominação abreviada: GSI/PR				
Código SIORG: 000027	Código na LOA: 20000	Código SIAFI: 110322		
Situação: ativa				
Natureza Jurídica: Órgão Público				
Principal Atividade: Administração Pública em geral		Código CNAE: 8411-6/00		
Telefones/Fax de contato:	(61) 3411-1302			
E-mail:	gsi@planalto.gov.br			
Página na Internet: http://www.gsi.gov.br/				
Endereço Postal: Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto, 2º andar. Brasília - DF. CEP 70.1509-00				
Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas				
Número de Ordem: 1				
Denominação completa: Fundo Nacional Antidrogas				
Denominação abreviada: Funad				
Código SIORG: 33032	Código na LOA: 20926	Código SIAFI: 110246		
Situação: ativa				
Natureza Jurídica: Órgão Público				
Principal Atividade: Administração Pública em geral		Código CNAE: 8411-6/00		
Telefones/Fax de contato:	(061) 3411-2904	(061) 3411-2211		
E-mail:	senad@planalto.gov.br			
Página na Internet: http://www.senad.gov.br/				
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco "A" - 5º andar. Brasília – DF. CEP 70.054-906				
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas				
Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986; Lei nº 8.764, de 20 de dezembro de 1993; Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998; Lei nº 9.804, de 30 de junho de 1999; Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; Lei nº 10.869, de 13 de maio de 2004; e, Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.				
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas				
Decreto nº 95.650, de 19 de janeiro de 1988; Decreto nº 4.262, de 10 de junho de 2002; Decreto nº 5.772, de 08 de maio de 2006; e, Decreto nº 5.912, de 27 de setembro de 2006.				
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas				
Política Nacional sobre Drogas. Brasília, 2005; e, Legislação e Políticas sobre Drogas no Brasil. Brasília, 2008.				
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas				
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas				
Código SIAFI	Nome			
110246	Fundo Nacional Antidrogas			
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas				
Código SIAFI	Nome			
00001	Tesouro Nacional			
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões				
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão			
110246	00001			

2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade

A Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), integra o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas (Sisnad), e tem por objetivos, na forma preceituada pelo Decreto n.º 6.931, de 11 de agosto de 2009:

- a) coordenar e integrar as ações do governo nos aspectos relacionados com as atividades de prevenção do uso indevido de drogas, bem como aquelas relacionadas com o tratamento, a recuperação e a reinserção social de dependentes;
- b) desempenhar as atividades de Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas; e
- c) gerir o Fundo Nacional Antidrogas (Funad).

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

Para a consecução dos seus objetivos, a Senad estabeleceu como estratégias:

- a) a realização de diagnóstico situacional, através de estudos e pesquisas de abrangência nacional sobre a situação do consumo de drogas no Brasil e seu impacto nos diversos domínios da vida da população geral e de grupos específicos. Os dados obtidos subsidiam a implementação das políticas públicas setoriais e fornecem à sociedade informações fidedignas e atualizadas sobre o tema;
- b) a promoção de cursos de capacitação em parceria com instituições públicas e privadas, voltados para a formação de diferentes agentes do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad), atores sociais que trabalham diretamente com o tema drogas e também multiplicadores de informações de prevenção, tratamento e reinserção social;
- c) a implantação de projetos estratégicos de abrangência nacional com vistas a ampliar o acesso da população às informações, ao conhecimento e aos recursos existentes na comunidade;
- d) a produção de conhecimento técnico-científico, o desenvolvimento de novas metodologias e a disponibilização desses conhecimentos à sociedade;
- e) o fortalecimento das estruturas do Sisnad mediante a cooperação internacional, bem como a participação e apoio a eventos de mobilização da sociedade; e
- f) o suporte financeiro e tecnológico ao Sisnad mediante a gestão do Fundo Nacional Antidrogas – Funad, e do Observatório Brasileiro de Informações Sobre Drogas – Obid.

2.3 Programa de Governo sob a responsabilidade da UJ

2.3.1 Execução do Programa de Governo sob a responsabilidade da UJ

QUADRO A.2.1 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo										
Código no PPA: 0665	Denominação: Gestão da Política Nacional sobre Drogas									
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais										
Objetivo Geral: Coordenar as ações de combate às drogas										
Objetivos Específicos: Ampliar a capacidade nacional de reduzir a demanda e a oferta de drogas										
Gerente: Paulo Roberto Yogi de Miranda Uchoa	Responsável:									
Público Alvo: Organizações públicas, privadas e não-governamentais e sociedade										
Informações orçamentárias e financeiras do Programa										
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Em R\$ 1,00					
Inicial	Final	90.017.118	6.596.581	7.606.169	5.349.116					
36.578.667										
Informações sobre os resultados alcançados										
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício					
		Data	Índice inicial	Índice final						
	Este programa não possui indicador (es)									
Fórmula de Cálculo do Índice										
Análise do Resultado Alcançado										

Fonte: Lei n.º 11.653, de 7 de abril de 2008 e sistema Sigplan (consulta em 20/03/2011).

Para a ação 8236 – Apoio a Projetos de Interesse do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas, foram contingenciados R\$ 10.314.450,00 dos R\$ 19.920.000,00 restando, portanto, R\$ 9.605.550,00, dos quais foram empenhadas despesas no valor de R\$ 7.607.737,57, que representa 79% dos créditos passíveis de utilização.

A ação 4902 – Capacitação de Agentes do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas sofreu contingenciamento de R\$ 1.400.000,00 dos R\$ 3.000.000,00 previstos na LOA. As despesas empenhadas nesta ação, no valor de R\$ 1.581.639,58 representam 99% dos créditos passíveis de utilização.

Dos créditos extraordinários contemplados na ação 20EV – Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, no valor de R\$ 100.000.000,00, foram empenhados R\$ 80.253.712,23, que representam 80% dos créditos passíveis de utilização.

Sob a ação 2272 – Gestão e Administração do Programa, sofreram contingenciamento R\$ 600.000,00 dos R\$ 1.210.000,00 previstos na LOA. Foram empenhadas despesas no valor de R\$ 574.029,10, que representa 94% dos valores passíveis de utilização.

2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ

QUADRO A.2.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
04	122	0665	2272	A	4				
04	128	0665	4902	A	4	agente capacitado	15.000	10.902	
04	422	0665	8236	A	3	projeto apoiado	154	25	
04	422	0665	20EV	A	3				

Fonte: Lei n.º 12.214, de 26 de janeiro de 2010 e sistema Sigplan (consulta em 20/03/2011).

Para a ação 4902 – Capacitação de Agentes do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas registre-se que a previsão era de R\$ 200,00 como custo médio por agente capacitado. Não obstante, na execução, verificaram-se valores acima da média prevista em razão de fatores diversos, tais como local e distância do evento. Há, também, créditos despendidos para capacitação de 94 agentes, que não foram incluídos em meta física realizada nesta ação devido ao fato de não ter ocorrido a devida prestação de contas. Cumpre registrar, ainda, que esta Senad atuou, em 2010, na capacitação de 75.000 agentes em ações contempladas em outros programas do orçamento federal, tais como aquelas realizadas no âmbito do Pronasci.

Para a ação 8236 – Apoio a Projetos de Interesse do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas, merece registro o fato de que os valores consignados na LOA a título de Emenda Parlamentar foram empenhados somente nas hipóteses em que houve apresentação de projetos pelo beneficiário da respectiva emenda, fato que inviabiliza o atingimento de percentual considerável em metas físicas, vez que R\$ 1.209.078,52 deixaram de ser aplicados pela mencionada falta de projeto correspondente.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.3 – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Denominação das Unidade Orçamentária	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Fundo Nacional Antidrogas	20926	110246

2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes

QUADRO A.2.4 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Valores em R\$
1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO					8.450.000	7.870.000
	PLOA					8.450.000	7.870.000
	LOA					10.700.000	11.800.000
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					50.000.000
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
	Outras Operações						
	Total					10.700.000	61.800.000

Fonte: Lei n.º 12.214, de 26 de janeiro de 2010.

2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital

QUADRO A.2.5 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL

Valores em R\$
1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	3.050.000	3.630.000				
	PLOA	3.050.000	3.630.000				
	LOA	6.050.000	12.630.000				
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos		50.000.000			
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
	Outras Operações						
	Total		6.050.000	62.630.000			

Fonte: Lei n.º 12.214, de 26 de janeiro de 2010.

2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas

QUADRO A.2.6 – QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

							Valores em R\$ 1,00	
Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO		8.450.000	7.870.000	3.050.000	3.630.000		
	PLOA		8.450.000	7.870.000	3.050.000	3.630.000	1.881.096 12.448.667	
	LOA		10.700.000	11.800.000	6.050.000	12.630.000	1.881.096 12.448.667	
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos		50.000.000		50.000.000		
		Reabertos						
Créditos Cancelados								
Outras Operações								
Total			10.700.000	61.800.000	6.050.000	62.630.000	1.881.096 12.448.667	

Fonte: Lei n.º 12.214, de 26 de janeiro de 2010.

2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

QUADRO A.2.7 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

			Despesas Correntes				Valores em R\$ 1,00
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	
Movimentação Interna	Concedidos	110001	2272				460.735
		110001	4902				35.000
		110001	8236				1.236.196
	Recebidos						
Movimentação Externa	Concedidos	153038	8236				10.265
		254420	20EV				6.734.181
		257001	20EV				19.174.617
	Recebidos	200094	8853				14.671.920
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital			
				4 - Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida	
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos						
Movimentação Externa	Concedidos	155001	8236	187.016			
		200337	8236	347.480			
		200351	8236	1.024.447			
		200361	20EV	169.866			
		254420	20EV	118.596			
		257001	20EV	15.000.000			
	Recebidos	200094	8857	737.184			

Fonte: Siafi Gerencial

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

QUADRO A.2.8 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação	3.057.157	4.284.046	1.131.997	1.269.934
Convite				
Tomada de Preços	1.153.641	1.024.447	37.422	81.697
Concorrência				
Pregão	1.903.515	3.259.599	1.094.574	1.188.236
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas	1.074.304	10.116.184	106.211	885.165
Dispensa	135.923	5.878.009	106.211	885.165
Inexigibilidade	938.381	4.238.174	395.966	221.109
Regime de Execução Especial	30.033	31.983	1.282	19.854
Suprimento de Fundos	30.033	31.983	1.282	19854
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias				
Outros	7.186.378	75.584.903	4.500	2.953.051

Fonte: Siafi Gerencial

2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.9 – DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
3 – Outras Despesas Correntes	8.328.002	56.291.755	3.405.943	6.168.678	4.922.058	50.123.077*	3.405.943	4.934.265
335041	4.886.630	22.392.126	1.368.389	3.549.504	3.518.240	18.842.622	1.368.389	2.351.499
339039	1.511.069	11.243.879	665.216	1.200.480	845.853	10.043.398	665.216	1.176.620
339033	745.421	1.297.688	69.907	783.930	54.513	513.758	690.907	771.382
Demais elementos do grupo	1.184.880	21.358.060	681.429	634.762	503.451	20.723.297	681.429	634.762

Fonte: Siafi Gerencial

Obs.: *valores referentes à UO 20926, incluindo a execução das descentralizações externas

2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.10 – DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	3.019.871	33.725.363	360.240	427.902	2.659.631	33.297.460	360.240	414.850*
449051	1.153.641	1.024.447	37.422	81.697	1.116.219	942.749	37.422	81.697
444041	900.000	1.000.000			900.000	1.000.000		
449052	627.462	799.866	174.025	342.304	453.437	457.562	174.025	329.252
Demais elementos do grupo	338.768	30.901.048	148.793	3.900	189.975	30.897.148	148.793	3.900
5 – Inversões Financeiras								
6 – Amortização da Dívida								

Fonte: Siafi Gerencial

Obs.: *valores referentes à UO 20926, incluindo a execução das descentralizações externas.

2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por movimentação

2.4.2.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.11 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação	1.406.290			
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	1.406.290			
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas	1.500.000	2.390.535	1.491.429	409.850
Dispensa				
Inexigibilidade	1.500.000	2.390.535	1.491.429	409.850
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias				
Outras	516.289	6.721.031	516.289	4.939.266

Fonte: Siafi Gerencial

2.4.2.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidadada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
3- Outras Despesas Correntes	3.422.580	14.671.920	168.795	12.339.338	3.253.785	2.332.581	168.795	11.490.706
1º 33.90.39	2.906.290	2.390.535	168.795	409.850	2.737.495	1.980.685	168.795	409.850
2º 33.50.41	516.289	6.218.701		5.866.804	516.289	351.896		5.866.804
3º 33.90.00								
Demais elementos do grupo		6.062.684		6.062.684				5.214.052

Fonte: Siafi Gerencial

2.4.2.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidadada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	3.019.871	737.184	360.240	737.187	2.659.631		360.240	2.943.378
445051	1.153.641	502.330	37.422	502.330	1.116.219		37.422	1.618.549
444041	900.000				900.000			900.000
449052	627.462		174.025		453.437		174.025	
Demais elementos do grupo	338.768	234.854	148.793	234.854	189.975		148.793	424.829

Fonte: Siafi Gerencial

3. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

3.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

QUADRO A.3.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

					Valores em R\$ 1,00
Restos a Pagar Processados					
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010	
2009	1.008.281	28.435			
2008					
Restos a Pagar não Processados					
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010	
2009	968.970	276.233	602.736	90.000	
2008	2.462.122	19.667	2.442.455	0	

Fonte: Siafi Gerencial

4. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

4.1 Transferências efetuadas no exercício

4.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010

A Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, que gere o Fundo Nacional Antidrogas, geriu, em face da competência prevista no Decreto n.º 6.931, de 11 de agosto de 2009, especificamente em seu artigo 12, incisos X e XII, os instrumentos de transferência que estão relacionados no Anexo I.

4.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

O Quadro A.4.1 contempla a quantidade de instrumentos por modalidade de transferência e os respectivos valores repassados nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

QUADRO A.4.1 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Fundo Nacional Antidrogas			UG/GESTÃO: 110246/00001			
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício * (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	26	19	51	9.513.314	3.037.307	10.442.815
Contrato de Repasse						
Termo de Parceria						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais	26	19	51	9.513.314	3.037.307	10.442.815

Fonte: Registros em controles internos do órgão

Obs.: contemplam restos a pagar de convênios de exercício anterior

4.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes

O quadro A.4.2 contempla a quantidade de instrumentos por modalidade de transferência e os valores já repassados e a serem transferidos, relativos aos instrumentos que permanecerão vigentes no exercício de 2011 e seguintes.

**QUADRO A.4.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA
QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE**

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Fundo Nacional Antidrogas		UG/GESTÃO: 1000246/00001				
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010	
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011		
Convênio	62	65.236.137	12.930.813	52.305.323	19,82	
Contrato de Repasse						
Termo de Parceria						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais	62	65.236.137	12.930.813	52.305.323	19,82	

Fonte: Registros em controles internos do órgão e Siafi Gerencial

4.1.4 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse

QUADRO A.4.3 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO E DE CONTRATOS DE REPASSE

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente						
Nome: Fundo Nacional Antidrogas		UG/GESTÃO: 110246/00001				
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
				Convênios	Contratos de Repasse	
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade				
		Montante Repassado				
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	13		
		Contas NÃO prestadas	Montante Repassado (R\$)	3.936.803		
2009	Contas prestadas	Quantidade		14		
		Montante Repassado (R\$)		1.737.979		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade				
		Montante Repassado (R\$)				
2008	Contas prestadas	Quantidade		18		
		Montante Repassado (R\$)		2.786.836		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade				
		Montante Repassado (R\$)				
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade				
		Montante Repassado (R\$)				

Fonte: Registros em controles internos do órgão

4.1.5 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

QUADRO A.4.5 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÉNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Unidade Concedente ou Contratante				Valores em R\$	
				1,00	
Nome: Fundo Nacional Antidrogas					
CNPJ: 02.645.310/0001-99		UG/GESTÃO: 110246/00001			
Exercício da prestação de contas		Quantitativos e montantes repassados		Instrumentos	
				Convênios	
				Contratos de Repasse	
2010	Quantidade de contas prestadas			13	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade			
		Montante repassado (R\$)			
		Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	
				Quantidade Reprovada	
				Quantidade de TCE	
2009	Contas analisadas	Contas NÃO analisadas	Quantidade	9	
			Montante repassado (R\$)	10.400.176	
	Quantidade de contas prestadas			14	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade Aprovada		14	
2008		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
Contas analisadas	Quantidade				
	Montante repassado (R\$)				
Exercícios anteriores a 2008			Quantidade de contas prestadas		
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		18	
		Quantidade Reprovada			
	Quantidade de TCE				
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
		Montante repassado			
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0	
		Montante repassado			

Fonte: Registros em controles internos do órgão

5. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

5.1 Estrutura de controles internos da UJ

A estrutura de controles internos da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas está representada no Anexo II.

6. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

6.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

As informações relativas à gestão ambiental e licitações sustentáveis estão consignadas no Anexo III.

7. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

7.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

As informações acerca do cumprimento das deliberações do TCU no exercício de 2010 estão especificadas no Anexo IV.

III. PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107/2010 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

13. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010

13.1 Declaração com Ressalva

A Declaração emitida pelo Contador responsável pela UJ está transcrita no Anexo V, e sobre o teor do Relatório de Situação Contábil (exercício 2010), cumpre consignar que:

- a) a ressalva sob o código 205 – “Saldo Invertido/Indevido – Passivo Circulante”, decorre de registros procedidos pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF), por meio da 2010ND800018, situação que foi explicitada àquele órgão por meio da mensagem Siafi n.º 0067682, de 05/01/2011, com informação, inclusive, de que a inversão da conta era passível de restrição contábil e com solicitação de adoção de providência com vista à regularização do respectivo lançamento;
- b) a ressalva sob o código 458 – “Falta de Reclassificação Despesa Suprimento de Fundos”, decorre de problemas operacionais verificados no sistema Siasg, por ocasião da baixa de valores não utilizados pelos supridos, impossibilitando a anulação, no exercício de 2010, dos respectivos empenhos, situação regularizada por meio da 2011NL00008, de 09/02/2011. Reflete situação pontual e específica diante do volume de processos de concessão e prestação de contas trabalhados durante o exercício, sejam eles sessenta e cinco. O fato não configura, portanto, situação de risco ou gestão antieconômica; e,
- c) as ressalvas sob os códigos 163, 170 e 172, todas relativas à gestão de convênios, de maneira análoga, refletem situações pontuais e específicas, caracterizadas em instrumentos particularizados, que demandaram análise em prazo superior ao estabelecido pela legislação correlata, bem com registros intempestivos nos respectivos sistemas. Também não configuram situações de risco ou gestão antieconômica.

IV. CONCLUSÃO

A redução da demanda e oferta de drogas constitui atualmente uma questão de Estado que impacta, de maneira onerosa à sociedade, envolvendo questões de segurança, saúde, educação, trabalho, previdência social, bem-estar individual, familiar e, até mesmo, alguns aspectos da soberania nacional. Esse tema é intersetorial, perpassa diversas áreas governamentais e setores sociais, caracterizando-se pelo alto grau de interdependência. Ações isoladas, pontuais e desalinhadas não resolvem os problemas associados às drogas, sejam elas lícitas ou ilícitas. Por isso, o Governo brasileiro precisa trabalhar a partir de políticas públicas integradas, que viabilizem a ação conjunta, envolvendo os setores públicos e a sociedade civil, levando-os a compartilhar a responsabilidade pela redução da demanda e da oferta de drogas, além de capacitá-los a lidar com diferentes problemas decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas. O objetivo é ampliar a capacidade nacional de reduzir a demanda e a oferta de drogas.

Para a implementação do Programa Gestão da Política Nacional sobre Drogas, destacaram-se, em 2010, a execução das ações previstas no Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, instituído pelo Decreto Presidencial n.º 7.179, de 20 de maio de 2010, da ação Apoio a Projetos, da ação Capacitação de Agentes do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad, e da ação Gestão e Administração do Programa, além do estabelecimento de parcerias com a comunidade científica, organizações sociais e da ampliação e fortalecimento da cooperação internacional. Neste exercício, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), órgão responsável pela execução do programa, atuou nos seguintes eixos estratégicos:

- a) execução das ações previstas no Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, com destaque para os editais de financiamento a projetos de ampliação da rede de saúde e assistência social e para capacitação profissional, objetivando o tratamento e a reinserção social de usuários de crack;
- b) por meio de estudos de abrangência nacional, a Senad deu continuidade à realização de diagnóstico situacional sobre o consumo de drogas e seu impacto nos diversos domínios da vida de populações específicas que vivem sob maior vulnerabilidade para o consumo de drogas;
- c) realização de cursos de capacitação voltados aos diferentes atores sociais que trabalham diretamente com o tema drogas e também de multiplicadores de informações de prevenção, tratamento e reinserção social;
- d) implantação de projetos estratégicos de alcance nacional, que ampliaram o acesso da população às informações, ao conhecimento e aos recursos existentes na comunidade na área de drogas; e,
- e) socialização do conhecimento através da distribuição, em todo o território nacional, de material informativo para públicos específicos, com enfoque na educação e mobilização comunitária, além da realização de concursos nacionais de Cartazes, Fotografias, Jingles e monografias sobre a prevenção do uso de drogas, mobilizando, por meio da arte, a participação de crianças, adolescentes, jovens e sociedade geral.

No cenário internacional, participação nos principais fóruns de discussão, fomento à cooperação internacional por meio de acordos com organismos internacionais e com países das Américas, Europa e África, como o Programa Regional de Especialização de Pesquisa On-Line para Profissionais de Saúde e Áreas Correlatas que forma quadros de profissionais especializados para atuarem e liderarem programas e ações de redução da demanda de drogas.

Estas são as informações e demonstrativos do Fundo Nacional Antidrogas, gerido pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, que agregam o Relatório de Gestão do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, e que apresentamos à sociedade e aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual, na forma preceituada no artigo 70 da Constituição Federal, e com observância às disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 107/2010, da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno.

Brasília-DF, 29 de março de 2011.

MAURO RONI LOPES DA COSTA
Coordenador-Geral de Gestão do Fundo Nacional Antidrogas

CÁTIA BETÂNIA CHAGAS
Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Substituta)

ANEXO I – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Valores em R\$
1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Fundo Nacional Antidrogas			Informações sobre as transferências						
Mo d	Nº do instrum ento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapart ida	No exercício	Acumula do até exercício	Início	Fim	
1	567793	92.398.056/0001-64	2.218.503	0	0	2.218.503	01/09/2006	24/05/2010	1
1	575650	08.631.821/0001-38	375.602	0	0	375.602	14/12/2006	31/01/2010	1
1	593429	74.704.008/0001-75	2.514.274	23.100	0	2.310.512	14/09/2007	30/03/2010	1
1	599853	07.437.996/0001-46	1.975.051	0	0	1.507.051	21/12/2007	31/03/2010	1
1	600115	07.437.996/0001-46	3.607.243	0	0	1.967.243	26/12/2007	05/05/2010	1
1	631648	56.577.059/0001-00	1.772.340	122.450	134.873	1.458.497	28/08/2008	29/04/2011	1
1	633783	00.989.587/0001-03	38.637	0	0	38.637	17/12/2008	30/04/2010	1
1	666074	46.381.000/0001-80	28.000	0	0	0	30/12/2010	30/03/2011	1
1	666075	46.381.000/0001-80	47.548	0	0	0	30/12/2010	30/03/2011	1
1	700385	00.394.718/0001-00	176.506	0	0	176.506	28/11/2008	28/11/2010	4
1	700555	68.314.830/0001-27	453.982	0	0	316.742	15/12/2008	15/06/2010	4
1	700559	92.398.056/0001-64	2.456.567	0	0	1.782.800	10/12/2008	09/04/2010	1
1	700674	00.394.718/0001-00	100.000	0	0	100.000	22/12/2008	15/04/2010	4
1	700742	07.437.996/0001-46	3.307.820	0	0	1.982.640	15/12/2008	31/12/2010	4
1	700759	00.394.718/0001-00	371.450	0	0	371.450	22/12/2008	20/12/2010	4
1	700768	03.015.475/0001-40	640.750	0	0	640.750	18/12/2008	01/12/2010	4
1	700771	92.398.056/0001-64	523.920	348.000	0	175.920	15/12/2008	16/04/2011	1
1	703281	68.314.830/0001-27	710.950	342.846	336.172	368.104	21/09/2009	21/05/2011	1
1	706606	00.673.445/0001-32	83.800	13.800	0	70.000	22/10/2009	30/01/2010	7
1	706846	92.398.056/0001-64	398.598	312.000	0	86.598	20/10/2009	16/04/2011	1
1	708373	82.951.294/0001-00	139.825	0	139.825	139.825	01/12/2009	01/12/2010	1
1	719981	76.417.005/0001-86	434.784	34.784	400.000	400.000	09/12/2009	31/07/2011	1
1	722890	02.505.476/0001-00	20.000	0	20.000	20.000	21/12/2009	17/12/2010	4
1	722903	12.102.570/0001-71	18.175	0	18.175	18.175	23/12/2009	22/04/2010	4
1	722923	00.703.697/0001-67	51.420	0	51.420	51.420	20/12/2009	28/10/2010	4
1	722931	76.950.039/0001-31	102.175	0	102.175	102.175	21/12/2009	31/08/2011	1
1	722934	56.577.059/0001-00	26.200	0	26.200	26.200	21/12/2009	24/01/2012	1
1	722935	65.709.966/0001-48	28.600	2.600	26.000	26.000	21/12/2009	23/08/2010	4
1	722941	78.092.616/0001-27	60.000	0	60.000	60.000	16/12/2009	30/08/2010	1

Relatório de Gestão/2010 da UJ 110322-GSIPR e UJ 10246-FUNAD

1	722948	48.555.775/0001-50	100.000	0	100.000	100.000	30/12/2009	30/12/2010	4
1	722965	32.901.381/0001-76	79.920	16.800	63.120	63.120	28/12/2009	14/08/2010	4
1	722973	06.799.282/0001-15	100.096	0	100.096	100.096	21/12/2009	24/07/2011	1
1	722983	27.174.093/0001-27	2.180.218	1.680.218	212.000	212.000	16/12/2009	31/07/2011	1
1	723006	05.330.436/0001-62	1.561.200	0	509.501	951.308	30/12/2009	02/03/2011	4
1	723310	14.645.162/0001-91	1.589.874	0	516.289	780.512	17/12/2009	16/06/2011	1
1	744775	11.050.982/0001-73	1.555.584	155.584	155.584	0	01/07/2010	30/06/2011	1
1	748245	03.633.268/0001-59	34.988	0	34.988	34.988	20/08/2010	20/02/2011	4
1	748539	92.398.056/0001-64	5.479.611	540.048	1.689.298	2.487.316	10/08/2010	09/12/2011	1
1	748656	04.792.718/0001-19	50.000	0	0	0	23/09/2010	23/07/2011	1
1	748738	42.429.480/0001-50	113.067	0	79.617	79.617	23/08/2011	23/08/2011	1
1	748742	56.577.059/0001-00	6.111.494	0	4.645.954	4.645.954	26/08/2010	31/12/2011	1
1	748876	03.633.268/0001-59	1.814.682	0	567.895	567.895	01/09/2010	03/03/2012	1
1	749685	48.555.775/0001-50	53.643	0	53.643	53.643	19/10/2010	19/04/2011	1
1	751055	48.555.775/0028-70	100.000	0	0	0	17/10/2010	06/12/2011	1
1	751059	48.555.775/0032-56	100.000	0	0	0	07/12/2010	07/12/2011	1
1	751061	48.555.775/0027-99	200.000	0	0	0	07/12/2010	06/12/2011	1
1	752233	02.371.608/0001-58	620.921	0	0	0	28/12/2010	30/08/2011	1
1	752236	11.050.982/0001-42	555.555	55.555	0	0	29/12/2010	30/09/2011	1
1	752241	82.916.818/0001-13	531.493	31.493	0	0	29/12/2010	20/08/2011	1
1	752249	15.412.257/0001-28	222.222	22.222	0	0	21/12/2010	21/12/2011	1
1	752256	04.792718/0001-19	50.000	0	0	0	23/12/2010	21/11/2011	1
1	752306	00.617.727/0001-12	100.000	0	0	0	29/12/2010	21/04/2011	1
1	752405	48.555.775/0032-56	100.000,00	0	0	0	17/12/2010	15/11/2011	1
1	752520	28.008.530/0001-03	208.197	0	0	0	27/12/2010	13/04/2011	1
1	752525	01.084.089/0001-84	829.429	384.292	0	0	21/12/2010	21/08/2012	1
1	753312	00.665.972/0001-03	399.987	0	399.987	399.987	23/12/2010	30/04/2011	1
1	753314	94.391.901/0001-03	8.000.000	0	0	0	31/12/2010	19/11/2012	1
1	753322	02.168.943/0001-53	296.225	0	0	0	30/12/2010	30/12/2011	1
1	753928	00.619.461/0001-47	300.000,00	0	0	0	28/12/2010	29/12/2011	1
1	753972	40.738999/0001-95	298.715	0	0	0	30/12/2010	30/12/2011	1
1	753981	80.257.355/0001-08	299.687	0	0	0	30/12/2010	30/12/2011	1
1	753991	25.657.149/0001-79	300.000	0	0	0	30/12/2010	30/12/2011	1
1	754037	46.230.439/0001-01	229.200	0	0	0	30/12/2010	30/12/2011	1
1	754181	01523.915/0001-44	293.000	0	0	0	30/12/2010	30/12/2011	1
1	754191	79.151.3120001-56	275.830	0	0	0	30/12/2010	30/12/2011	1
1	754217	42.429.480/0001-18	276.488	0	0	0	30/12/2010	30/12/2011	1
1	754313	00.977.419/0001-06	299.591	0	0	0	30/12/2010	30/12/2011	1
1	754399	18.720.938/0001-41	300.000	0	0	0	30/12/2010	30/12/2011	1
1	754403	73.695.868/0001-27	300.000	0	0	0	30/12/2010	30/12/2011	1
1	754405	03.323.503/0001-96	287.400	0	0	0	30/12/2010	30/12/2011	1
1	754411	01.754.243/0001-88	261.417	0	0	0	30/12/2010	30/12/2011	1

Relatório de Gestão/2010 da UJ 110322-GSIPR e UJ 10246-FUNAD

1	754417	02.257.665/0001-75	206.827	0	0	0	30/12/2010	30/12/2011	1
1	754664	46.230.439.0001-01	2.715.566	145.105	0	0	31/12/2010	31/12/2011	1
1	754694	07.799.205/0001-89	299.440	0	0	0	30/12/2010	30/12/2011	1
1	754990	03.483.912/0001-50	286.465	0	0	0	30/12/2010	30/12/2011	1
1	755017	04.845.150/0001/57	299.912	0	0	0	30/12/2010	30/12/2011	1
1	755073	56.577.059/0001-00	8.000.000	0	0	0	31/12/2010	31/12/2011	1
1	755075	56.577.059/0001-00	11.000.000	0	0	0	31/12/2010	30/11/2012	1
1	755110	12.449.880/0001-67	271.227	0	0	0	30/12/2010	30/12/2011	1
1	755114	05.572.870/0001-59	300.000	0	0	0	30/12/2010	30/12/2011	1
1	755125	00.703.697/0001-67	298.718	0	0	0	30/12/2010	30/12/2011	1
1	755130	14.645.162/0001-91	300.000	0	0	0	30/12/2010	30/12/2011	1
1	755132	14.645.162/0001-91	300.000	0	0	0	30/12/2010	30/12/2011	1
1	755144	40.226.946/0001-95	233.640	0	0	0	31/12/2010	31/12/2011	1
4	TC 3/09	153038	244.325	0	0	244.325	01/09/2009	30/01/10	1
4	TC 4/09	110407	417.882	0	0	388.641	29/11/2009	05/10/10	1
4	TC 5/09	155001	10.841.345	0	2.291.039	2.316.285	20/12/2009	31/12/11	1
4	TC 1/10	153031	2.250.700	0	1.163.776	1.163.776	03/05/2010	15/12/11	1
4	TC 2/10	153031	1.930.200	0	791.794	791.794	03/05/2010	15/12/11	1
4	TC 4/10	254420	6.914.831	0	6.852.777	6.852.777	15/07/2010	01/07/12	1
4	TC 5/10	153038	10.265	0	10.265	10.265	03/09/2010	03/02/11	1
4	TC 6/10	154040	4.643.849	0	2.404.144	2.404.144	15/07/2010	30/06/11	1
4	TC 7/10	200337	1.410.250	0	169.866	169.866	22/10/2010	22/02/11	1
4	TC 8/10	090016	190.000	0	171.500	171.500	03/12/2010	03/06/11	1
4	TC 5/10*	257001	140.913.336	96.060.200	35.853.136	35.853.136	20/09/2010	31/12/11	1

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Parceria
- 4 - Termo de Cooperação
- 5 - Termo de Compromisso

*Obs.: instrumento celebrado pelo GSI

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: Registros em controles internos do órgão

ANEXO II – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno		Avaliação				
Ambiente de Controle		1	2	3	4	5
1.	Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2.	Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3.	A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4.	Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5.	Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6.	Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7.	As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8.	Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9.	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco		1	2	3	4	5
10.	Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11.	Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12.	É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13.	É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14.	A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15.	Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16.	Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17.	Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais resarcimentos.	X				
18.	Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle		1	2	3	4	5
19.	Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20.	As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21.	As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22.	As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação		1	2	3	4	5
23.	A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24.	As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25.	A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26.	A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27.	A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento		1	2	3	4	5
28.	O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X
Considerações gerais: Os agentes públicos em exercício, até 31/12/2010, na Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, que tem por competência, entre outras, gerir o Fundo Nacional Antidrogas, estavam sujeitos às disposições contidas no Código de Conduta Ética dos Agentes Públicos em exercício na Presidência e Vice-Presidência da República, instituído por meio do Decreto n.º 4.081, de 11/01/2002.				
LEGENDA				
Níveis de Avaliação:				
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.				
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.				
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.				
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.				
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.				

ANEXO III – ASPECTOS SOBRE A GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental Licitações Sustentáveis	Avaliação				
	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.	X				
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
Considerações Gerais:					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

ANEXO IV- CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundo Nacional Antidrogas					33032
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC – 017.347/2008-4	1576/2010	1.7.1	DE	Ofício n.º 816/2010 – TCU/Secex-6
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					
Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas					33032
Descrição da Deliberação:					
Efetue, antes do pagamento de qualquer obrigação contratual, a verificação da regularidade dos contratados junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, ao INSS e à Fazenda Federal, com base no artigo 55, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					
Coordenadoria de Orçamento e Finanças					
Síntese da providência adotada:					
Autuação, em processos de pagamento, dos respectivos comprovantes de regularidade					
Síntese dos resultados obtidos					
Comprovação do cumprimento à legislação correlata					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC – 017.347/2008-4	1576/2010	1.7.2	DE	Ofício n.º 816/2010 – TCU/Secex-6
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					
Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas					33032
Descrição da Deliberação:					
Realize pagamentos decorrentes de serviços prestados por terceiros, somente se houver documentação fiscal original, idônea e emitida tempestivamente, em atenção ao disposto nos arts. 36 e 42 do Decreto n.º 93.872/86.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					
Coordenadoria de Orçamento e Finanças					
Síntese da providência adotada:					
Restituição de processos de pagamentos à área demandante, quando for o caso, para saneamento					
Síntese dos resultados obtidos					
Cumprimento à legislação correlata					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	TC – 017.347/2008-4	1576/2010	1.7.3	DE	Ofício n.º 816/2010 – TCU/Secex-6
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					
Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas					33032
Descrição da Deliberação:					

Abstenha-se de elaborar projetos básicos de convênios, restringindo-se a apreciar a documentação remetida pelo proponente, de acordo com o disposto nos arts. 15 e 16 da Portaria Interministerial MP/MF/MCT n.º 127/2008					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação Diretoria de Projetos Estratégicos e Assuntos Internacionais (DPEAI) e Diretoria de Articulação e Coordenação de Políticas sobre Drogas (DACP)					Código SIORG
Síntese da providência adotada: Observância ao que dispõem os arts. 15 e 16 da Portaria Interministerial MP/MF/MCT n.º 127/2008					
Síntese dos resultados obtidos Recebimento e avaliação dos projetos básicos elaborados pelos proponentes					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor Não há					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	TC – 017.347/2008-4	1576/2010	1.7.4	DE	Ofício n.º 816/2010 – TCU/Secex-6
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas					33032
Descrição da Deliberação: Promova a adequada distribuição do material adquirido por meio do Pregão Eletrônico n.º 02/2007, que ainda não foi destinado					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação Diretoria de Articulação e Coordenação de Políticas sobre Drogas (DACP) e Assessoria de Apoio e Expediente (ApEx)					Código SIORG
Síntese da providência adotada: Destinação do material adquirido					
Síntese dos resultados obtidos Otimização das aquisições efetuadas					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor Não há					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	TC – 017.347/2008-4	1576/2010	1.7.5	DE	Ofício n.º 816/2010 – TCU/Secex-6
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas					33032
Descrição da Deliberação: Planeje adequadamente as aquisições de material, em atenção ao princípio da eficiência, inscrito no art. 37 da Constituição Federal, evitando compras em grandes volumes sem que haja previsão ou meios de distribuição, como ocorrido com o material adquirido para a “IX Semana Nacional Antidrogas”, por meio do Pregão Eletrônico n.º 2/2007, o que pode caracterizar ato antieconômico, passível de multa (art. 58, inciso III, da Lei n.º 8.443/92) e julgamento pela irregularidade das contas (art. 16, inciso III, alínea “b”, da Lei n.º 8.443/92)					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação Assessoria de Apoio e Expediente (ApEx) e todas as demais áreas da Senad					Código SIORG
Síntese da providência adotada: Planejamento integrado de aquisições de material e serviços					
Síntese dos resultados obtidos A aquisição de materiais e serviços tem ocorrido de forma a suprir as necessidades do órgão, sem necessidade de armazenamento de grandes volumes					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor Não há					

ANEXO V – DECLARAÇÃO COM RESSALVA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ)	Código da UG		
FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS - FUNAD	110246		
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Restrição Contábil 163 – Saldos alongados em contas transitórias – Ativo Compensado;b) Restrição Contábil 170 - Convênios a Aprovar com data expirada;c) Restrição Contábil 172 - Convênios a Liberar expirados;d) Restrição Contábil 205 - Saldo Invertido/Indevido - Passivo Circulante; ee) Restrição Contábil 458 - Falta de Reclassificação de despesa Suprimento de Fundo. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	BRASÍLIA-DF	Data	15/02/2011
Contador Responsável	ROSAURA CONCEIÇÃO HADDAD	CRC nº	9686 DF